

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-4-2019.

---

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Vera Justina Guasso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do tema “risco de desmonte da PROCEMPA com a perda do contrato com o DMAE e outros serviços”. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Valter Nagelstein e Karen Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Engº Comassetto e Airto Ferronato. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e seis minutos às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mendes Ribeiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército, nos termos do Requerimento nº 022/19 (Processo nº 0107/19), de autoria de Mônica Leal. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Geraldo Antônio Miotto, Comandante Militar do Sul; José Carlos de Nardi, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas; Tenente-Coronel Zucco, deputado estadual representando a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Nádia Rodrigues Silveira Gerhard, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, representando o Prefeito; Riyuzo Ikeda, Comandante da 3ª Região Militar; Luiz Alberto Cureau; Mauro Amin, Diretor do Hospital de Canoas da Aeronáutica; Vanessa da Rocha Figueira, representando a Capitania dos Portos de Porto Alegre; Paulo Roberto Mendes Ribeiro, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul; e José Alfredo Duarte Filho, Vice-Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre. Em prosseguimento, foi executado o Hino Nacional pela Fanfarra do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, proponente. Após, a Presidente concedeu a palavra a Geraldo Antônio Miotto, que se pronunciou acerca da presente solenidade. A seguir, foram executados a Canção do Exército e o Hino Rio-Grandense pela Fanfarra do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas. Os trabalhos foram suspensos

das dezesseis horas e quatro minutos às dezesseis horas e quinze minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Marcelo Sgarbossa, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Foram apregoados os seguintes Processos SEI, comunicando a participação em eventos, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento: nº 037.00050/2019-89, de autoria de Márcio Bins Ely, no dia vinte e três e vinte e quatro de abril do corrente, em reunião do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, em Brasília – DF –; nº 152.00026/2019-13, de autoria de Karen Santos, no dia vinte e cinco de abril do corrente, no evento “Café com Direitos – Terra, Cultura e Resistência: povos indígenas e quilombolas”, em Porto Alegre. Foram apregoados os seguintes Processos SEI, por meio do qual são autorizadas Representações Externas deste Legislativo: nº 015.00058/2019-67, de Cassio Trogildo, e nº 015.00058/2019-67, de André Carús, ambos do dia vinte e três ao dia vinte e seis de abril do corrente, na Marcha dos Vereadores 2019, em Brasília – DF. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Nelcir Tessaro e Engº Comassetto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger e Prof. Alex Fraga. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando renovação da votação da Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18), por dezessete votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Comissário Rafão Oliveira, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando renovação da votação da Emenda nº 19 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18), por dezesseis votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Lourdes Sprenger, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista e Roberto Robaina, tendo Mônica Leal posteriormente manifestado sua intenção de votar favoravelmente. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17 (Processo nº 2165/17), por onze votos SIM e vinte e um votos NÃO, considerando-se mantido o Veto Total oposto, após ser discutido por Adeli Sell, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira,

Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 362/17 (Processo nº 3140/17), por um voto SIM, vinte e cinco votos NÃO e seis ABSTENÇÕES, considerando-se mantido o Veto Parcial oposto, após ser discutido por André Carús, tendo votado Sim Adeli Sell, votado Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 036/19 (Processo nº 0148/19). Foi apregoado o Processo SEI nº 026.00023/2019-17, retificando a Representação Externa de Cassio Trogildo autorizada por meio do Processo SEI nº 015.00058/2019/67 para o período do dia vinte e dois ao dia vinte e seis de abril do corrente. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/18 (Processo nº 0975/18), por vinte e dois votos SIM e dois votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Moisés Barboza, em votação nominal solicitada por Professor Wambert, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Cláudio Conceição e Professor Wambert. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por André Carús, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Valter Nagelstein formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 030/16 (Processo nº 2588/16), por vinte e três votos SIM e seis ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por João Bosco Vaz, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado o Requerimento nº 076/18 (Processo nº 1087/18), após ser encaminhado à votação por André Carús, Engº Comassetto, Valter Nagelstein, Nelcir Tessaro e Adeli Sell. Foram aprovados os Requerimentos nºs 018, 028 e 035/19, 102/18, 038, 010 e

009/19 (Processos n<sup>os</sup> 0092, 0122 e 0137/19, 1403/18, 0166, 0064 e 0063/19, respectivamente). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram aprovados os Requerimentos n<sup>os</sup> 005, 012, 033 e 019/19 (Processos n<sup>os</sup> 0053, 0073, 0127 e 0094/19, respectivamente). Foi apregoado o Ofício n<sup>o</sup> 360/19, do Prefeito, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n<sup>o</sup> 001/19 (Processo n<sup>o</sup> 0027/19). Foi apregoado o Ofício n<sup>o</sup> 045/19, do Vice-Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município do dia vinte e um ao dia vinte e quatro de abril do corrente, a fim de participar do evento *BA Resiliente – ciudad de emprendedores de impacto e integración urbana*, em Buenos Aires, Argentina. Foram apregoados os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 032 e 044/19 (Processos n<sup>os</sup> 0057 e 0083/19, respectivamente), de autoria, respectivamente, de Alvoní Medina e Paulo Brum. Durante a sessão, Cláudio Janta, Valter Nagelstein e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Fernanda Melchionna, deputada federal. Às dezoito horas e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal, Reginaldo Pujol e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1<sup>o</sup> Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde a todos. Convido o deputado Tenente-Coronel Zucco e a deputada Fernanda Melchionna a fazerem parte da Mesa.

Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul – Sindppd/RS, que tratará de assunto relativo ao risco de desmonte da Procempa, com a perda do contrato com o DMAE e outros serviços. A Sra. Vera Justina Guasso, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**SRA. VERA JUSTINA GUASSO:** Boa tarde a todos vereadores e vereadoras – quero agradecer por estar aqui, novamente, à Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Presidente da Casa –, aos colegas da Procempa e do sindicato que estão aqui.

Historicamente, a gente sempre tem buscado o apoio desta Casa, quando alguma questão nos preocupa, especialmente em relação à empresa pública Procempa. Está aqui conosco, junto aos vereadores e vereadoras que têm nos ouvido, a deputada federal Fernanda Melchionna, que sempre foi uma grande apoiadora da causa. Então temos trazido as nossas preocupações, e queria lembrar que, há um ano, estivemos aqui

– há exatamente um ano – colocando uma questão para nós muito grave. O prefeito Marchezan, de Porto Alegre, falava que a Procempa era uma empresa deficitária, inclusive citava que a Procempa tinha um déficit de R\$ 90 milhões. E nós trouxemos a informação, à época, de que R\$ 90 milhões era o custo que a empresa tinha anualmente para prestar serviços para a Prefeitura de Porto Alegre. Naquela ocasião, a gente trazia a importância de uma empresa que tem 40 anos de história, que começou como prestadora de serviços, na época, de processamento de dados, depois se tornou de informática e, hoje, de tecnologia de informação e comunicação para o Município de Porto Alegre.

Pois esta empresa tem 40 anos, esta empresa tem prêmios, esta empresa foi premiada pelo sistema Gerint, um sistema de saúde do Município – inclusive, o prefeito Marchezan foi buscar esse prêmio em São Paulo no ano passado. Esta empresa tem vários quilômetros de fibra ótica, o que não existe em nenhum outro município do Rio Grande do Sul ou do País, uma empresa que tem uma tecnologia exemplo de inteligência e inovação, uma empresa que, em 2014, fez um concurso e entraram ótimos profissionais para auxiliar os que já estavam. Pois essa empresa sofreu, há 12 anos, um grave risco, que trouxe também problemas para o Município. Tem vereadores aqui que vão se lembrar do sistema SIAT – quem não lembra do SIAT? É um sistema da Fazenda, feita pela Procempa, que foi terceirizado à época. A empresa que contratou o serviço de terceirização não conseguiu fazer o SIAT funcionar, houve um prejuízo de R\$ 160 milhões ao Município, na época, e hoje a Procempa trouxe de volta o SIAT. Em 2018, a Procempa conseguiu trazer de volta o sistema SIAT com um custo altíssimo para o Município de Porto Alegre. Eu lembro, na época – tenho o jornal aqui, a imprensa –, que o prefeito disse que, se o SIAT parasse de funcionar, haveria um apagão na Prefeitura de Porto Alegre. Pois, senhoras e senhores, a Procempa está perdendo um serviço importantíssimo do DMAE; o DMAE é um dos fundadores da Procempa junto com a Secretaria da Fazenda, o DMAE é responsável por 10% do faturamento da Procempa. Isso é importante, mas não é só isso o importante: a Procempa e o DMAE têm uma relação de parceria de 40 anos de serviço, e o DMAE não vai conseguir substituir esse serviço de 40 anos em uma semana, em três meses, porque não existe empresa no mercado que faça um trabalho para o DMAE, assim como não havia empresa no mercado para fazer o SIAT, que, depois de 12 anos, teve que voltar à Procempa. Então, agora o DMAE está em risco, está em risco um patrimônio, está em risco a Procempa e os serviços para o DMAE, risco de um apagão. Vocês imaginem o que é o risco de um apagão no DMAE? A Procempa presta um serviço 40% mais barato do que o setor privado – isso não é um levantamento do sindicato, é da direção da Procempa em 2016 –, 40% abaixo do mercado, porque é uma empresa que não troca profissionais, é uma empresa que é constante, que tem inteligência, que tem um padrão de qualidade que ninguém no mercado conseguiria cumprir. Imaginem vocês que, de três em três anos, de quatro em quatro anos, uma empresa fosse licitada, ou várias empresas, porque não existe uma única empresa para prestar os serviços que a Prefeitura precisa. E, para complicar a situação, para agravar a situação, a Procempa está querendo licitar no mercado uma chamada fábrica de

*software*. O que significa fábrica de *software*? Licitar 125 mil horas técnicas. Vamos comparar: o contrato da Procempa com a Prefeitura é 110 mil horas/ano – em um ano, 110 mil horas! –, o contrato que a Procempa quer licitar com uma empresa de fora é de 125 mil horas. É quase uma outra Procempa fora, é quase uma outra Procempa privada. Para quê? Se a Procempa não tiver demanda para essa empresa de fora, ela vai pagar os serviços, serão milhões. A Prefeitura e a Procempa dizem que têm problema de caixa. Se não é para melhorar a qualidade, se não é para beneficiar, se não é para economizar, qual o benefício de contratar uma empresa terceirizada se não sabemos se vai ter estabilidade para cumprir essa tarefa de 125 mil horas técnicas? Toda vez que um grande serviço de 30, 40 anos é posto no mercado, ele acaba voltando com prejuízo. Eu quero dar um exemplo, além do SIAT: o Serpro, que é uma empresa federal de tecnologia da informação, que terceirizou, há 15 anos, o serviço do Denatran. Voltou o serviço todo quebrado, como se diz, porque não havia empresa qualificada com interesse no mercado para fazer aquele serviço que tinha que ser feito naquela qualidade e naquele tempo que tinha que ser feito. Então, nós queríamos chamar a atenção aqui da Câmara de Vereadores, nós sabemos que o tema da empresa pública está com pouca audiência, temos que reconhecer isso.

Mas quando falamos em pouca audiência, queremos perguntar: a quem serve contratar empresa 40% mais cara no mercado? A quem serve gastar mais dinheiro, não ter garantia de estabilidade, como aconteceu com o SIAT há doze anos? A Procempa, há oito anos, quase foi à bancarrota. O sindicato esteve aqui, por três vezes, para denunciar que o interesse privado estava gerindo a Procempa, ela ia quebrar! Com o apoio de várias vereadoras e vereadores conseguimos salvar a Procempa naquele momento, e agora, novamente, a Procempa está em risco, porque há interesse privado num serviço importante de qualidade. Mais custos, mais riscos, menos serviços, tragédia anunciada, vereadoras e vereadores. Falo aqui também aos militares que estão aqui hoje comemorando aniversário. A quem interessa uma Prefeitura soberana, um Estado soberano, um Brasil soberano? A nós, trabalhadores, à população, que quer um serviço de qualidade – a mais ninguém interessa. Nós estamos falando de soberania da inteligência, da informação. A Procempa, hoje, tem um centro de crise, que é o Ceic, onde tem sistemas para acompanhar em caso de enchentes, de insegurança, de graves crises na nossa Cidade. A quem interessa desmontar esse patrimônio? Não há ninguém no setor privado que tenha interesse, com tão baixo custo, em garantir serviços de tal proporção, de importante proporção. Por isso, nós queremos novamente chamar a atenção das vereadoras, vereadores, deputados que estão aqui na Casa e da Presidente Mônica Leal.

Nós precisamos do apoio de vocês. Os funcionários estão dispostos, existe um estudo técnico que diz que é possível que a Procempa permaneça com os sistemas, é preciso somente respeitar os clientes que lá estão, contratar e garantir um ótimo serviço, garantir a existência da própria Procempa. Essa é a nossa palavra, esse é o nosso pedido de socorro. O Sindppd e a comissão de funcionários e trabalhadores da Procempa vêm aqui fazer um pedido de socorro para que essa empresa, de 40 anos, de bons serviços,

de serviços mais baratos e de extremo compromisso com a Cidade. Nunca vazou uma informação da Procempa, nunca vazou. Esse é o nosso compromisso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, especialmente em meu nome e do colega Eng<sup>o</sup> Comassetto, eu queria saudar V. Exa., Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; Deputado Zucco e Deputada Fernanda Melchionna. Queridíssima Vera, foram bem postas as suas palavras, corretas, precisas. Nós temos sempre que pautar a questão do serviço público de qualidade, do serviço de processamento de dados, como foi o ano passado, e hoje a Procempa é uma empresa de tecnologia de informação. O último dado que tenho é de 2012, em que a Procempa tinha 488 quilômetros de fibra ótica na capital, porque é uma empresa daqui. Não tem necessidade de buscar qualquer outra empresa nesse momento, não tem. Se tivesse, eu seria sincero em dizer. A Procempa é uma empresa que deu certo. Tem um capital social, econômico e de recursos humanos invejável. Por isso é preciso se aliar num grande movimento com a Procergs, com as campanhas federais de outros estados e municípios, para que possamos garantir a verdadeira soberania, que não está apenas em guardar as fronteiras; a soberania nossa está em ter a informação, o grande capital do mundo hoje é a informação. E a senhora colocou muito bem: é imperdoável, é afrontosa a questão do gasto com R\$ 160 milhões com SIAT de fora, que não resolveu o nosso problema; pelo contrário, foi pelo ralo, dinheiro que está nos fazendo muita falta, haja vista o abandono da Cidade.

Ver.<sup>a</sup> Mônica, obrigado pelo tempo. Eu queria dizer ao deputado Zucco que leve esta discussão para a Assembleia Legislativa; à Fernanda, para o Congresso Nacional; e Vera, que o seu sindicato possa se estear em outras entidades do movimento sindical e aqui na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, representantes do Exército, trabalhadores da Procempa, deputado Zucco, deputada Fernanda Melchionna, do PSOL, que por sorte está aqui conosco e tem o compromisso de levar esse debate para Brasília. É muito oportuno que a Fernanda esteja aqui para que nós, já esta semana, possamos pautar o tema da Procempa no Congresso Nacional. À Ver.<sup>a</sup> Guasso, minhas saudações também.

Nós estamos num momento muito grave. A vereadora fez a sua intervenção e eu queria lembrar ao Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo Marchezan, que ele foi responsável e conduziu muito bem uma CPI sobre a Procempa – a Vera deve lembrar muito bem. Ali se desmontou um esquema de corrupção na Procempa, Mauro Pinheiro. Foi muito grave o desmonte da Procempa em curso no governo anterior, e o senhor, de modo competente, conduziu aquela CPI. Pois agora nós não estamos fazendo uma denúncia específica ligada à corrupção, mas é importante que o senhor seja líder do governo, porque há, Mauro Pinheiro, um desmonte na Procempa. Apesar dos esforços dos governantes, a Procempa se mantém em pé, porque ela tem uma qualidade de funcionários, tem um corpo técnico de funcionários, tem uma história. Então, os governantes passam, mas os servidores mantêm a Procempa de pé e mantêm a Procempa como empresa de qualidade.

O Adeli se referia a um dado de 2012, pois, de lá para cá, o gerenciamento da rede de fibra ótica é de mais de mil quilômetros de extensão. Aumentou, ou seja, apesar de administrações incompetentes e de corrupção, a Procempa se manteve como a melhor opção para o governo municipal realizar uma política de tecnologia de informação, de garantir um bom gerenciamento da fazenda, da saúde, da educação, do DMAE. Quando nós usamos a palavra para defender a Procempa, estamos usando a palavra para defender o interesse público. Pode ser que haja áreas – nós não vamos fazer uma discussão ideológica – para a iniciativa privada, sim! A iniciativa privada tem que investir. A iniciativa privada tem que investir em tecnologia de informação, sim, deve investir. Em Florianópolis, agora, nós temos um polo de tecnologia de informação a partir de iniciativa privada, mas não é possível que a iniciativa privada cresça desmontando o público. Então, quando os governantes são governantes que juram defender o interesse público, eles precisam defender o interesse público. E nisso, Mauro Pinheiro, temos que chamar a atenção do governo, porque o governo Marchezan tem errado. Tem errado porque descuida da administração da Procempa. Agora a Vera tem denunciado, e nós fomos ao Geraldo da Camino, Procurador do Ministério Público de Contas, mostrar que a ruptura do contrato entre o DMAE e a Procempa, que está prestes a acontecer, é uma ruptura de contrato que prejudica a Procempa e prejudica o DMAE. E isso está prestes a ocorrer. Então, os vereadores precisam intervir. Eu chamo a atenção do Mauro Pinheiro porque ele conhece a Procempa. E eu chamo a atenção do Mauro Pinheiro porque nós tivemos problemas administrativos também na gestão do Marchezan, e esses problemas administrativos... Por exemplo, o prefeito Marchezan nomeou o Michel Costa para dirigir a Procempa, que, depois, no ano de 2017, pediu demissão por conta de denúncias de que ele tinha empresas de tecnologia de informação privadas, de que ele era sócio de empresas privadas que tinham relação com a Carris. Não é possível misturar os interesses públicos e os interesses privados a tal ponto que os interesses públicos se submetam aos interesses privados. O Michel Costa foi demitido; depois da demissão do Michel Costa, houve quase que uma ruptura administrativa na Procempa. A Procempa não está com uma administração a altura da empresa. Então, nós chamamos a atenção do governo, e concluo com isso, Presidente Mônica, porque a Procempa é uma empresa pública de qualidade e o Município de Porto Alegre não pode

sucatear as suas empresas; se elas são de qualidade, menos ainda, numa área fundamental e estratégica. Por isso, nós apelamos à Câmara de Vereadores para que ajude a interferir junto ao governo municipal para que o desmonte da Procempa pare imediatamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Quero cumprimentar a Vera Guasso, com quem, há bastante tempo, convivemos em embates políticos. Quero cumprimentar a deputada federal Fernanda Melchionna, nossa ex-colega; cumprimentar a Presidente Mônica; o deputado Zucco, que nos honra com sua vista; os trabalhadores da Procempa, os integrantes do Exército Brasileiro; as senhoras e os senhores que vieram à Casa no dia de hoje. Quero dizer, com muito respeito, aos trabalhadores da Procempa, que nós, aqui na minha bancada, defendemos majoritariamente uma outra ideia. Respeitamos a carreira, respeitamos o trabalho, mas acreditamos que o Estado, cada vez mais, deve se ater àquilo que é essencial. Neste sentido, acreditamos que empresas como a Carris, que no ano passado clamou dos cofres públicos R\$ 55 milhões de reais para poder se manter equilibrada, e a Procempa, que demandou R\$ 6 milhões para poder se manter equilibrada... Não é mais possível que o contribuinte continue arcando com isso. Portanto, de forma muito clara e objetiva, e com todo o respeito, defendemos a privatização da empresa, porque sabemos que ela sobrevive graças ao monopólio, que é o monopólio do Município, que tem a exclusividade de contratar, e que, infelizmente, diferentemente do que disse a Vera, os preços são mais caros. Não há porque o Estado ficar nessa área, não é necessário, na medida em que todas as experiências do mundo mostram – e o Vale do Silício é assim, a Irlanda foi assim, está aqui quem defende tecnologia – que a competição e a iniciativa privada fazem muito melhor esse serviço. O que defendemos é que haja carreiras de Estado, militares, juízes, professores, médicos, e no mais, o Estado saia, porque, se houve essa corrupção que o Ver. Robaina falou, é exatamente porque, infelizmente, às vezes, nos arranjos e acordos políticos, loteia-se espaço para determinados grupos e se leva a esses desvios. Portanto, com todo o respeito a esses trabalhadores que estão aqui, nós acreditamos, e estou falando em nome da minha bancada, que é muito melhor para o contribuinte, para aquele que paga imposto, que esse serviço seja privado, porque ele vai poder ter a oportunidade de escolher quem vai contratar, porque várias vezes nós já vimos aqui que se precisa de serviços, de aplicativos e de outras questões e, infelizmente, a empresa não consegue dar essa resposta. Então, com respeito, que possam concluir seu tempo e tudo mais, mas a defesa e a visão que nós temos é de que esse setor deve ser privado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ENG<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; em seu nome cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras; prezada Fernanda Melchionna, nossa deputada federal; prezado Tenente-Coronel Zucco, nosso deputado; prezada Vera Guasso; prezados militantes e sindicalistas aqui presentes; prezados representantes do Exército Brasileiro; quero dizer que o tema que traz aqui, Vera, precisa ser, sem dúvida nenhuma, debatido, analisado sob o ponto de vista da sociedade brasileira. Nós estamos hoje com a discussão que diz que tudo que é público não presta; quando eu falo “nós”, é o que é vendido para a sociedade para poder entregar o patrimônio nacional a preço de banana. Nós precisamos fazer essa discussão. O Brasil é um país maravilhoso, com recursos naturais, com potencial tecnológico, com capacidade estrutural de ensino, aí nós construímos potenciais, sejam as maiores empresas, como é o caso da Petrobras, sejam empresas como a Procempa, e depois dizem que tem que entregar, tem que vender, porque estão sendo mal geridas. Mas o nosso papel aqui é apontar quando estão sendo mal geridas e buscar as correções necessárias. Aqui, nós fizemos, como já foi dito, uma CPI – o Ver. Mauro Pinheiro presidiu essa CPI. Naquele período, teve presidente da Procempa jogando dinheiro da janela do seu apartamento. Quem é que não lembra? Foi público isso. Por quê? Porque se fez a discussão, mas não se acabou a discussão; no caso da Procempa, naquele momento da CPI, ficou um processo inconcluso, porque houve um certo acobertamento, acomodaram, novamente, as laranjas naquele processo. Então, quero dizer que o mundo hoje, Ver. Adeli, está num movimento inverso.

A Alemanha decidiu, na semana passada, criar um fundo de apoio às empresas alemãs para não deixar que elas sejam vendidas para empresas internacionais. É a defesa da estrutura e da tecnologia local. A Europa, que fez uma onda de privatizações quando começou com Margaret Thatcher, está voltando atrás – só a Alemanha reestatizou 283 empresas. Eu tive a oportunidade, recentemente, Ver. Alex, de estar na Europa. Visitei um conjunto de países – estive em Praga, em Budapeste, em Viena. Você sabe como é o transporte público lá, prezado Ferronato? É 100% público, gestado por empresas públicas, e é eficiente, efficientíssimo. Lógico que não são só ônibus, são VLTs, são metrô. Bom, Budapeste tem o metrô mais antigo da Europa, foi construído há dois séculos e é patrimônio cultural da humanidade hoje. Por que nós não podemos avançar nesses processos tecnológicos? Uma empresa como a Procempa, que tem lucro e é eficiente, iniciou aqui há 40 anos o processo da reestruturação tecnológica de Porto Alegre.

Como já foi dito aqui, ela tem mais de 500 quilômetros de rede, 1.000 quilômetros de fibra ótica na cidade de Porto Alegre. Quem é que pagou isso? É patrimônio de Porto Alegre. E, aí, vem aqui me dizer que a Carris dá prejuízo? É claro, Valter! Dá prejuízo porque, quando vocês estiveram no governo, fizeram um penduricalho lá e colocaram 50 CCs na Carris, e ela passou a dar prejuízo – até então,

dava lucro! A Carris ganhou cinco vezes prêmio nacional como a melhor empresa pública de transporte público do Brasil. A Carris, a nossa querida Carris.

Ver.<sup>a</sup> Mônica, o João Antonio Dib está nos ouvindo agora, e trago aqui um símbolo que ele me deu e deu para todos nós: paz. Nós precisamos é de paz nas relações. Mas esses temas, nós precisamos discutir com profundidade, agora, só dizer que não presta a empresa pública, não! Tem muitas empresas públicas que precisam ser corrigidas, é verdade. Assim como tem muitas empresas privadas que precisam pagar o que devem para a Nação brasileira! Dizem que a previdência é deficitária, mas pega as contas que os bancos devem para a previdência! Peguem as contas que as telefônicas devem para a previdência! Peguem as contas que os veículos de comunicações, entre eles a Globo, devem para a previdência! Deixou de ser deficitária a previdência! E nós temos que garantir o direito do povo brasileiro, garantir o direito àquelas conquistas que foram feitas ao longo dos anos!

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer à Vera que esse é um tema que se diz, na linguagem popular, que não dá para escamotear. Não dá para escamotear, nós precisamos debater com profundidade. E aquilo que é bom para a Cidade é bom para a sua população, e a Procempa é boa para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Sr. Presidente, amiga Vera, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde tratando do assunto do serviço público e do setor privado; eu guardei comigo, desde 21 de abril de 2018, esse conjunto de 12 correspondências que chegaram lá em casa no mesmo dia e na mesma hora. Doze! Primeira: “Icatu Seguros. Rio de Janeiro, 21 de abril de 2018. Prezado Airto, todas as informações que você precisa disponíveis a qualquer momento aqui, o quite boas-vindas do seguro fácil, etc. Lá você pode visualizar todos os seus quites. É fundamental que você mantenha a comunicação atualizada e, caso deseje mais informações, peça aqui.” Segunda correspondência, no mesmo dia 21 de abril, na mesma hora, todas as informações disponíveis: “Prezado Airto, o quite boas-vindas...” Doze correspondências com o mesmo teor. Como eles fizeram uma loucura dessas e uma incompetência dessas, eu não entendi até hoje. Estão guardadas comigo. Já imaginaram, colegas servidores públicos da Procempa, se isso tivesse acontecido no setor público? Deus que me perdoe! Dizer que o serviço público não funciona e que o setor privado é melhor e mais barato, isso é até uma bobagem, que me perdoem. Nós temos dificuldades, sim, mas as nossas empresas também têm. E mais, nós terminarmos com um capital acumulado de conhecimento de 40 anos,

jogarmos fora... É claro, se jogarmos fora isso, não poderíamos mais voltar para o setor público, nós temos que aceitar aquilo que vem por aí por qualquer preço. Portanto, nós acreditamos no setor público, assim como também não colocamos nenhuma dificuldade ao setor privado. É preciso preservar essa história que Porto Alegre construiu com o DMAE, Procempa, Carris – somos modelos nacionais e até internacionais. E nós precisamos compreender que a importância da parceria do setor público é indispensável para o serviço público. O Ver. Valter falava das dificuldades que tem de construção de serviço público e preço, como nasceu e se desenvolveu este País, ótima presença do nosso pessoal do Exército, com o setor público investindo no estratégico e com a parceria belíssima do Exército: transporte, ferrovia, hidrovía, aviação, a nossa Petrobras, telefonia, a nossa comunicação. Toda ela nasceu pública. É claro que depois que o público deu certo, aí normalmente dão de mão beijada para o privado. Isso, na nossa visão, está errado. Eu falo em meu nome, Ferronato, em nome do nosso vereador Paulinho Motorista e em nome do nosso partido, o PSB: nós acreditamos no setor público. Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver. Airto Ferronato.

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde. Quero saudar a iniciativa dos trabalhadores da Procempa de terem vindo à Câmara de Vereadores e colocar a construção do nosso mandato à disposição dessa luta, que é fundamental. Aqui na Câmara, a gente vem percebendo que a justificativa da crise econômica e financeira vem proporcionando todo um terreno para a privatização das instituições públicas, e uma privatização, por consequência, dos direitos da população. Não é verdade essa questão de que o incentivo do caixa da Prefeitura, para as instituições corroborem uma lógica de privatização. O que corrobora uma lógica de privatização são os R\$ 66 milhões que, nos últimos dois anos, foram fornecidos para as empresas privadas, e o mais de R\$ 1 bilhão em dívidas que essas mesmas empresas têm com o caixa da Prefeitura. Então, se legitima o dinheiro público para salvar as grandes empresas, mas não se legitima o dinheiro público para salvar empresas públicas de excelência, que prestam um serviço de qualidade para a população. Isso é uma opção política, tem que ser denunciado, porque é o que vem permitindo mexer no plano de carreira dos servidores, a concessão das praças e dos parques, que foi votada semana passada. A gente tem que desmascarar o conteúdo político dessa crise, que vem legitimando não só o Marchezan, como o Eduardo Leite, como o governo Bolsonaro, que estão aí espoliando o fundo público, esvaziando as instituições públicas, privatizando os nossos direitos em detrimento do setor empresarial, que também vem passando por essa crise. Esses governos estão tendo um lado bem definido que é salvar

as grandes empresas em detrimento da maioria dos trabalhadores, porque a cidade de Porto Alegre, vereadores, só vem piorando, e a defesa desses direitos perpassa também a defesa dos trabalhadores, servidores municipais, e as instituições funcionando com qualidade. Estamos juntos!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. Agradeço a presença da presidente Vera Guasso, e suspendo os trabalhos da sessão para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h56min.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 14h57min:** Estão reabertos os trabalhos.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Passamos ao período de

### **COMUNICAÇÕES**

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército, nos termos do Requerimento nº 022/19, de autoria desta vereadora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Geraldo Antônio Miotto, Comandante Militar do Sul e General de Exército; o Sr. José Carlos de Nardi, ex-Comandante Militar do Sul e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas; o Sr. Tenente-Coronel Zucco, deputado estadual representando a presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. Comandante Nádia, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte – neste ato representando o senhor prefeito municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior; General de Divisão Riyuzo Ikeda, Comandante da 3ª Região Militar; Sr. Luiz Alberto Cureau, General de Divisão da Reserva; Sr. Padilha, General de Brigada; Tenente Coronel Mauro Amim, médico, diretor do hospital da Aeronáutica de Canoas, representante da FAB; Capitão-Tenente Vanessa da Rocha Figueira, representante do Capitão dos Portos de Porto Alegre; Coronel Paulo Roberto Mendes Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça Militar; Sr. José Alfredo Duarte Filho, vice-presidente da Associação Comercial de Porto Alegre.

Convidamos todos os presentes para, em pé, cantarem o Hino Nacional, executado pela Fanfarras do 3º Regimento da Cavalaria de Guardas, regida pelo Subtenente Maiato.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Boa tarde a todos, mais uma vez me faço proponente desta homenagem alusiva ao Dia do Exército, como sempre me propus desde que assumi a vida política. É uma questão de honra, é uma questão de respeito e de gratidão pelo que essa instituição fez e faz pelo nosso País há 371 anos, cuja história é a história da Nação brasileira. Particularmente é algo que representa muito para minha vida pessoal, por isso, é tão importante e gratificante, para mim, homenagear esta significativa data. Como vereadora e como filha de militar e vereador que sempre foi proponente dos atos alusivos ao Exército enquanto estive nesta Casa, me orgulho em poder dar segmento a esta tradição. Patriotismo, cooperação, prontidão, dever, disciplina, lealdade e coragem são valores valiosos que nos transmite o Exército e que são impressos de forma ainda mais contundente em cada um que por ele passa: mulheres e homens que servem ao País em uma nobre missão, recebendo uma formação profissional, prática e intelectual de excelência, e o Brasil precisa ser regido pelos bons valores para se reerguer, para recuperar índices há muito tempo perdidos, em todas as áreas, para recuperar a qualidade da sua educação, do seu civismo, da segurança e da sua autoestima, enquanto País que quer se livrar da corrupção. Ao nosso Comando Militar do Sul, parabéns pela sua comprometida responsabilidade na garantia do bem-estar da população gaúcha, dos poderes constitucionais da lei e da ordem e na atenção à nossa segurança pública. No dia 17, quando da cerimônia militar do 3.º Regimento de Cavalaria de Guarda, tive a honra de receber das mãos do General Miotto a Medalha Exército Brasileiro, algo que muito me honrou. Como me honrou estar presente em um momento especial do Exército e do País, que foi a celebração de despedida do Gen. Eduardo Villas Bôas e a passagem do Comando ao Gen. Edson Leal Pujol, em janeiro, em Brasília. Dois gaúchos, um de Cruz Alta e o outro de Dom Pedrito, que orgulho ao Rio Grande do Sul! Preparando essa fala, me chamou a atenção de como a comunicação do Exército Brasileiro está mais dinâmica e atualizada com a linguagem das redes sociais, meios obrigatórios nos dias de hoje que, se bem utilizados, prestam um excelente serviço de informação, esclarecimento e utilidade pública. Os perfis do Exército no Facebook, Instagram e Twitter são amplamente seguidos. Como seguidora fiel do Exército, me mantenho em dia e satisfeita com esse retorno tão bonito e tão positivo, democrático, acessível, que o coloca ainda mais próximo dos brasileiros. E lá no Twitter estão as tão

populares *hashtags*, um termo novo da internet que o nosso Exército já usa com muita desenvoltura: *#braçoforte*, *#mãoamiga*, *#sempre presente*, *#obrigadosoldados*, *#exércitonuncapara* – só lembrando algumas delas. Destaca-se nessa rede social também a quantidade de autoridades militares que se utilizam dela para divulgar a instituição e registrar suas opiniões e posicionamentos, incluindo o nosso Gen. Miotto, o Gen. Villas Bôas, muito ativo, e o Gen. Mourão, claro, compartilhando conosco a sua atuação como Vice-Presidente da República. A cada vez que me pronuncio pelo Dia do Exército, não deixo de mencionar a participação das mulheres, que vêm se destacando, conquistando novos postos e, assim, vencendo preconceitos e conquistando mais igualdade desde o pioneirismo de Maria Quitéria, passando pelas enfermeiras voluntárias na II Guerra e pela entrada das mulheres no quadro de oficiais.

Por mais que devamos contar e exaltar a histórica, devemos olhar para o presente da Instituição, que segue os preceitos centenários e reflete a vasta caminhada de feitos e vitórias já conquistadas, mas que se faz no dia a dia, nas ruas, nas campanhas, mutirões, missões, pronto a se apresentar e ser útil onde precisar, inclusive no exterior. Cito a operação Acolhida, em Roraima, na triagem, no controle e no atendimento dos refugiados venezuelanos que por ali chegam. A operação Pipa distribui água potável há mais de 4 milhões de moradores de quase 900 municípios afetados pela seca, cumprindo uma função social admirável, que também é vista quando há desabrigados das chuvas e das cheias. Vejam a participação no auxílio às vítimas ao rompimento da barragem de Brumadinho, quando colocou mil homens de prontidão e auxiliou na logística e no apoio humanitário. Assim também está sendo no suporte a outra tragédia ocorrida recentemente no Rio de Janeiro, o desabamento de dois prédios na comunidade da Muzema, quando foi disponibilizada uma equipe de especialistas para trabalhar na busca por sobrevivente e na remoção de escombros junto à defesa civil. Aqui próximo, o 1º Batalhão ferroviário do IV Grupamento de Engenharia está trabalhando nas obras da BR-116 para a tão esperada duplicação dessa via, que é fundamental para o escoamento da produção e para o turismo da zona sul do Estado. Eles estão lá, de sol a sol, em dois lotes da estrada contribuindo com técnica e empenho na agilização dessa obra tão urgente. Esse é o verdadeiro braço forte e mão amiga do Exército brasileiro. Sempre no apoio e em sintonia com as forças coirmãs, a Marinha e a Aeronáutica.

**Vereador Valter Nagelstein (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-la por mais uma homenagem que esta Casa faz ao nosso Exército de Caxias, ao Exército Brasileiro; saudar o Ver. Pujol, que preside neste momento a Mesa e dizer da honra de termos aqui entre nós o nosso Comandante Militar do Sul, querido amigo General de Exército Geraldo Antônio Miotto; da mesma forma o General De Nardi, amigo, ex-Comandante Militar do Sul e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas; o nosso Tenente-Coronel Zucco, deputado estadual, que eu reputo a sua fantástica eleição a este desejo candente da sociedade brasileira do resgate de valores que estão sedimentados no Exército Brasileiro – é muito bom tê-lo aqui conosco, Deputado Zucco; minha querida colega

Comandante Nádia, que faz parte disso que a Presidente Mônica falava, dessa quebra de paradigma das nossas mulheres nas Forças Armadas e nas Forças Auxiliares da nossa Brigada Militar; o nosso General de Divisão Ikeda, imagino que deva ser parente do nosso Comandante Ikeda aqui; o General Cureau, seja muito bem-vindo; o General Padilha, nosso amigo, da mesma forma, o Tenente-Coronel, representante da Aeronáutica da Força Aérea Brasileira, o Coronel Mauro Amin; representante da Capitania dos Portos de Porto Alegre, a Capitã-Tenente Vanessa da Rocha Figueira, que também representa essa importante quebra de paradigmas que a Presidente Mônica falou e que ela própria representa aqui na política, como Presidente desta Casa; o nosso Coronel Mendes, querido amigo, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, a quem eu saúdo e saúdo a Justiça Castrense e o meu amigo Vice-Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, José Alfredo Duarte Filho.

Srs. Vereadores, vou tentar ser muito rápido, mas eu não posso deixar de dizer duas ou três palavras, já agradecendo a sua generosidade do aparte.

Primeiro, um dos momentos mais importantes – tão logo eu havia deixado aqui a presidência e tão bem sucedido que fui pela Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal – foi poder atender ao convite do General Pujol e ir a Brasília para assistir à posse do General Pujol, orgulho para todos nós, à frente do Exército Brasileiro, e poder testemunhar, naquele momento, as palavras do General Villas Bôas, um dos momentos mais emocionantes, eu lhe confesso, General, que já vivi na minha vida pública, pelo respeito, o carinho que se impôs não pela força, mas pela dignidade, pela respeitabilidade, pelo caráter, pelo exemplo de homem público que o General Villas Bôas deu. E eu tenho certeza de que o General Pujol há de cumprir a mesma tarefa, assim como tenho a certeza absoluta de que V. Exa. está cumprindo com a mesma estatura, com a mesma dignidade esta missão tão importante, missão que encerra aquilo que é o Exército Brasileiro. Creio que seja a décima vez, Ver.<sup>a</sup> Mônica, porque sou vereador aqui há três mandatos, que eu tenho a oportunidade de presenciar essas circunstâncias, e eu não quero me tornar repetitivo, acho que a Presidente Mônica disse tudo o que nós temos para dizer, mas onde nós olharmos para o Brasil Império, onde nós olharmos desde Guararapes e onde nós olharmos para o futuro do nosso País, na preservação das nossas riquezas, na defesa dos nossos limites territoriais, na defesa dos nossos valores constitucionais, em tudo isso, na legalidade, numa eventual agressão à nossa integridade pátria, nós sabemos e nós confiamos que ali esteve e estará o Exército Brasileiro, o Exército de Caxias, que lutou no Paraguai, que lutou na 2ª Guerra. E eu, para concluir, Presidente, entre as coisas que muito me orgulharam no ano passado, Comandante Nádia, foi ter organizado uma exposição que ficou durante um mês aqui na Casa, falando da história do soldado brasileiro no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, do sangue brasileiro que lá foi derramado. E não foi derramado em vão, como mais uma vez, ao longo da história; ele foi derramado para defender os valores que hoje, novamente, o Exército Brasileiro defende: os valores da democracia, os valores de uma sociedade verdadeiramente libertária, os valores de um País que a gente deseja, pelo qual a gente trabalha a cada dia para que seja mais justo. E o Exército faz isso a cada dia, quando dá oportunidade para jovens poderem entrar, muitas vezes jovens

carentes, nas fileiras do Exército e encontrar um caminho, um destino muito melhor. Quero desejar, Presidente, que esses valores de dignidade, de trabalho, de disciplina, de retidão de caráter, que às vezes tanto nos faltam, e que nós sabemos que estão lá, nesse repositório sem fim que é o Exército, cada vez mais os jovens brasileiros possam olhar para o Exército, se inspirar no Exército e, a partir exatamente dessa inspiração, construir o Brasil que todos nós desejamos. Parabéns, Presidente Mônica Leal e muito obrigado, senhores vereadores e agradeço também a esta Casa por, mais uma vez, estarmos aqui homenageando o verde oliva, o Exército de Caxias. Obrigado.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Amiga Mônica, Presidente e proponente desta ação, em cumprimentando por este ato, do Dia do Exército, e dizendo que esta homenagem que se faz aqui na Câmara, que vem de longe e anualmente, me faz lembrar teu pai, nosso querido e saudoso Pedro Américo, com quem tive a honra de ter sido vereador, quero cumprimentar a todos e a todas do Exército Brasileiro e dizer que nós todos devemos reverência ao Exército; lembrando teu pai, quero trazer aqui a memória do meu falecido pai, colono lá do interior, que serviu três anos em Uruguaiana, no tempo da 2ª Guerra Mundial. Toda vez que se falava com ele sobre o Exército Brasileiro, ele vibrava e, talvez, vivia ali seus melhores momentos, até pela história que teve junto ao Exército nesta longa caminhada.

Portanto, estou aqui, muito rapidamente, para trazer um abraço e saudar a todos os nossos comandantes do Exército, trazer um abraço a todos e a todas que estão conosco, que fazem parte do Exército Brasileiro, um exército modelo para o mundo inteiro. Portanto, nosso abraço, parabéns, e estamos juntos nesta caminhada. Parabéns pela iniciativa, querida Ver.<sup>a</sup> Mônica. Obrigado.

**Vereador Comissário Rafão Oliveira (PTB):** V.Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado pelo aparte, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, parabéns pela propositura da homenagem. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Gostaria de tecer algumas palavras pequenas, curtas. General Miotto, em seu nome, gostaria de, neste dia, agradecer tudo que o Exército Brasileiro fez por esta Nação, e agradecer tudo que o Exército fez em nome da liberdade e da democracia deste País. Quero pedir desculpas, em seu nome, para todos os militares que aqui estão. Esta Casa, talvez, nunca tenha reunido numa sessão pessoas de tão alto quilate, moral, disciplina, hierarquia e devoção ao País, então gostaria de pedir desculpas por todas as difamações, todas as ofensas que algumas pessoas, inimigas da liberdade, inimigas da democracia, fizeram ao soldado do Exército Brasileiro. Gostaria de resumir a minha fala em um muito obrigado. Muito obrigado ao que os senhores fizeram às antigas gerações, à presente geração e às futuras gerações. Tenham a certeza de que se aqui tiver um único soldado nesta Pátria, que está sendo tão aviltada, se sobrar um único soldado, nós

saberemos que a democracia, a soberania e a bandeira do Brasil estarão resguardadas. Muito obrigado, senhores.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Ver. Rafão.

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Recentemente estivemos reunidos com o General Miotto na Associação dos Ex-Alunos do CPOR, e também aqui destaco a importância que o Exército dá à sua reserva. Eu me considero da reserva ativa, porque estou mobilizado até 2020, ano que vem – esperamos não precisar! Quero aqui também me somar àqueles que me antecederam, em nome da bancada do PDT, nesta justa homenagem que presta a Câmara Municipal ao Exército Brasileiro no dia 19. Quero dizer, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que devo muito ao Exército também na formação, disciplina e hierarquia. E não seria muito dizer que quase tudo o que almejei e, hoje, consegui conquistar, com força de vontade, disciplina e determinação, me foi incorporado pelo meu ano de caserna, que me deu essa formação militar. Quero fazer aqui também uma homenagem e agradecer.

Também, casualmente, Ver. Ferronato, fiz o meu estágio intermediário lá em Uruguaiana, no Conde de Porto Alegre – o Coronel Danguí, à época, era o nosso comandante. No ano de 1995, cursei o CPOR na Arma de Cavalaria, com o Coronel Nascimento, que também tem sido muito atuante aqui. Quero dizer que é uma alegria muito grande ver o Exército presente na Câmara, também – quando falo Câmara, falo a Cidade –, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, e este é um justo reconhecimento a tudo o que representa o Exército Brasileiro para a nossa Nação. Fica o registro em nome da bancada do PDT. Parabéns, muito obrigado.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Ver. Márcio Bins Ely.

**Vereador Professor Wambert (PROS):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Querida Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, a quem eu cumprimento pela ideia e pela iniciativa desta justíssima homenagem. Quero dizer, em nome dos cidadãos do Porto Alegre, a quem eu represento, como vereador desta Casa, a nossa gratidão ao Exército Brasileiro, que, ao longo da sua história, manteve a estabilidade das nossas instituições. O Exército Brasileiro é o defensor da democracia – aliás, houve palavras muito mal compreendidas do nosso Presidente –, porque se nós temos liberdade de votar, se nós temos a liberdade de expressão, é por que existe o braço forte e a mão amiga que garantem a democracia. Sempre foi assim e sempre será. Então, se nós temos uma democracia hoje no Brasil, se nós não temos um regime totalitário, se nós não somos escravos do Estado, nós devemos ao Exército Brasileiro. Então, está aqui a nossa homenagem, e serei breve porque é um aparte, mas faço com muita emoção, com muita gratidão, porque nós, brasileiros, temos que reconhecer quem são os nossos heróis, que são aqueles que sempre lutaram pelo nosso País. Eu fiquei muito feliz com o seu

discurso, Presidente; a senhora mencionou Maria Quitéria. Eu estava lendo a biografia dela na semana passada. Nós somos um País, Sr. Comandante, de memória muito fraca, um País que não reconhece o seu passado, um País que não olha para trás, e, quando olha, olha com um complexo canino, de vira-lata, se apequenando, se diminuindo, jogando e cuspidando na nossa história para reconstruir algo que eu não sei o que se pretende.

Então, está aqui essa justíssima homenagem desta Câmara, do povo de Porto Alegre. Vida longa ao Exército Brasileiro, receba a nossa gratidão, a nossa amizade e a nossa parceria aqui nesta Casa para tudo que o Exército precisar, porque nós precisamos do Exército. Muito obrigado.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu quero saudá-la, Ver.<sup>a</sup> Mônica. A nossa bancada, e eu, como líder do partido, sente-se contemplada e honrada com essa homenagem de V. Exa. Quero dizer, General Miotto, que eu saúdo a todos, já que o protocolo se referiu várias vezes, mas especialmente esta Mesa de ilustres cidadãos e representantes legítimos da sociedade gaúcha e brasileira. Eu quero dizer que eu tive três casas, Ver.<sup>a</sup> Mônica, o único que não serviu na minha família fui eu. Mas eu me criei na frente de uma vila militar, na qual nós ficávamos meio turno, praticamente – na escola, a casa e a vila militar. A minha mãe adoecia um mês e meio por ano, e era o nosso refúgio, a vila militar em São Borja. Quando eu fui fazer a inspeção, o general me conheceu e disse: “Olha, meu garoto, eu acho que tu mereces não servir, pois estás com a vida começando a ser encaminhada no esporte e não tem por que; tu estás muito bem orientado, tu tens a imagem na cidade como um garoto disciplinado e que vai vencer na vida”. Disse a ele que era isso que estava pretendendo. Não servi, mas tirei daquela vila militar praticamente o sustento da minha vida, me deu a formação que eu precisava, me deu a idoneidade que eu precisava, me deu o caminho que eu precisava. Sem dúvida, se não servi, nada melhor do que servir ali naquela vila militar, em contrapartida. Para mim, sempre fica essa lembrança do Exército.

Vou contar uma historinha: o meu pai comprou uma vaca, e a única vaca que ficava dentro da vila militar, que tinha uma caixa d’água e dois cinamomos, era a nossa vaca, que servia para nos alimentar com o seu leite, no dia a dia. Era a única, nós botávamos trave, roubavam as traves, e nós cercávamos. Enfim, ali era a nossa vida de criança. Essa história e esse passado não posso esquecer, porque me deu tudo o que depois me fez galgar essa trajetória de atleta, vereador, radialista, deputado, vereador de novo, treinador do teu time, atleta campeão do teu time. Isso se deu através daquilo que a vila militar e esses homens e mulheres maravilhosos do Exército brasileiro me possibilitaram. Parabéns pela homenagem. Sinto-me honrado por estar com essa gama de senhores e senhoras que fazem um Brasil maior e melhor. Muito obrigado.

**Vereador Adeli Sell (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Permita-me, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Comassetto, Sgarbossa, Oliboni e eu, cumprimentá-la por esta

homenagem e dizer que é muito importante não só nos momentos de homenagem, mas, a cada dia, nós lembrarmos de dois valores que têm sido enfatizados aqui, inclusive, em alguns discursos, que é a democracia e a soberania nacional. Muito obrigado.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada. Eu, como filha orgulhosa de militar e vereadora seguidora do Exército Brasileiro, confesso que fiquei extremamente orgulhosa dos meus colegas, todos, ao utilizarem a palavra, cumprimentando o Exército, e cada um, à sua maneira, colocando a importância dessa instituição nas suas vidas. Vejam bem que a minha fala tem completo fundamento, porque são valores que ficam para sempre.

Quero aqui continuar dizendo que esse braço forte, essa mão amiga, está sempre presente na vida dos brasileiros, sempre no apoio e em sintonia com as Forças coirmãs, a Marinha e a Aeronáutica, na defesa da nossa Pátria e do território, com capacidade tecnológica contra as ameaças internas e externas, mantendo sua credibilidade e taxas elevadas de representatividade, de importância e confiança para o povo brasileiro, todas entre 80 e 88%. Sempre fiel e respeitoso, a sua própria história demonstra isso através do seu calendário anual de datas, como exemplo, as recentes lembranças aos 83 anos da Intentona Comunista, e aos 74 anos da tomada de Monte Castelo e os que lutaram ou perderam a vida.

O que digo é que sinto muito orgulho do Exército Brasileiro. Eu quero, nesta tribuna, como vereadora, como filha orgulhosa de um militar, agora como Presidente da Câmara de Vereadores da Capital do Rio Grande do Sul, registrar o meu agradecimento à disciplina, à hierarquia, aos valores militares, a esta tropa que trabalha pelo bem do País. Eu quero agradecer e, em homenagem aos senhores e senhoras, aos nossos soldados, esta fotografia está no alto para lhes dizer: “Obrigada, soldados; muito obrigada, de coração!”

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Antes de retornar a presidência à Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, proponente desta homenagem, oradora oficial, eu quero, em nome do Democratas, me somar às várias manifestações que aqui ocorreram em torno do Exército Brasileiro, dizendo que nada mais poderia ser acrescentado à manifestação da nossa Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, do que aquilo que, de coração, vários dos senhores vereadores apresentaram nos seus apartes. Meus cumprimentos a todos, devolvo a presidência a quem de direito, a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, proponente desta sessão especial.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Sr. Geraldo Antônio Miotto, Comandante Militar do Sul e General de Exército, está com a palavra.

**SR. GERALDO ANTÔNIO MIOTTO:** Sra. Presidente e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Destaco a presença dos nossos ex-combatentes do Batalhão Suez. Vou falar alguma coisa sobre o Exército nacional e sobre essa data, o dia 19 de abril de 1648, quando, lá em Pernambuco, negros, brancos, índios, mestiços, se uniram para expulsar a Companhia das Índias. A gente costuma falar em holandeses, mas vamos colocar o nome correto: a Companhia das Índias, que estava explorando as riquezas do nosso País. Esses homens expulsaram os holandeses, expulsaram a Companhia das Índias. Aí surgiu o Exército, o Exército nasce com a nossa Pátria. E vimos esse Exército defendendo as nossas fronteiras e expandindo as nossas fronteiras. O desenho deste País, o desenho das nossas fronteiras foi à custa de muito sangue, muito combate, feito a tropel de cavalos, à bala de canhão, e a muito pontação de espada e de lança. Essa é a verdade do nosso País. Pelo Tratado de Tordesilhas, nós tínhamos um limite, porém, as forças das armas conseguiram desenhar este nosso País – é uma verdade.

Eu vou falar alguma coisa de importante do Exército, das Forças Armadas deste País: a luta pela liberdade do nosso povo. Primeiro, a Inconfidência Mineira: na Inconfidência Mineira nós temos um Alferes, Tiradentes. Nas lutas pela independência de Portugal, aparece Maria Quitéria, na Bahia. Na luta pela República, também os militares estiveram presentes lá no campo de Santana, no Rio de Janeiro. Então, vejam bem: luta pela liberdade do nosso povo, luta pela soberania nacional, contra as invasões dos piratas ingleses, franceses, espanhóis, luta no conflito da Tríplice Aliança, luta que nós vivemos aqui no nosso Rio Grande, na Província Cisplatina, na banda oriental, no nosso Rio Grande, que metade era espanhol e hoje é um Estado que, por opção, é brasileiro, eu acredito, o Rio Grande.

Eu vou falar de uma outra luta também: a luta pela igualdade racial. Lutou pela igualdade racial quando o Exército se negou a capturar os negros, os escravos fugitivos, na época do Império. O Exército afirmou: “Não somos capitães do mato para capturar seres humanos”. E a epopeia de Rondon, que culmina com a criação do SPI – Serviço de Proteção do Índio, que hoje chamamos de Funai. Obra de Rondon. Rondon, um índio também, que chegou a Marechal, que chegou a ser indicado para o Prêmio Nobel da Paz. Rondon tinha uma norma: “Morrer, se preciso for; matar, nunca.” E isso o SPI levou na ponta da risca.

Falando em igualdade racial, também quero deixar um dado aqui; hoje, na Academia Militar das Agulhas Negras, 35% dos cadetes são afrodescentes; hoje, na Escola de Sargentos das Armas, 65% dos nossos sargentos são afrodescentes. Que instituição mais democrática que é o Exército Nacional! E, por meritocracia, os cadetes e os sargentos são submetidos a um concurso nacional, como todos nós fomos submetidos. Então, vejam bem o que é a meritocracia neste País. O que é o Exército! Uma instituição democrática!

Na luta pela paz interna, aparece uma figura chamada Duque de Caxias; Caxias, que leva a paz em todas as províncias rebeldes, um político hábil, uma pessoa que morreu pobre, um exemplo de honestidade, de ética, de moral. Hoje ele é o Patrono do Exército Nacional. Eu faço questão de falar aqui sobre Caxias, contextualizando o

nosso Rio Grande, no Tratado de Ponche Verde, aqui em Dom Pedrito, depois de dez anos de luta entre irmãos, aqui no nosso Estado. Eu vou ler alguns artigos que Caxias propôs na Paz de Ponche Verde entre os imperiais e os republicanos; faço questão de ler alguma coisa importante, uma paz sem vencidos e nem vencedores. (Lê.): “Art. 1º – Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos. [Não pelos imperiais.] Art. 2º – Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados”. Isso se chama anistia ampla, total e irrestrita: olhar para frente, não olhar para trás, é o que nós precisamos neste País. Olhar para frente, não abrir as feridas, não ficar lambendo feridas. Quantos anos vamos ficar fazendo isso? Já tivemos um exemplo aqui no nosso Estado, na nossa Província. “Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custas do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praça no Exército [ou também os Farrapos]. Art. 5º – Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes. Art. 7º [este é importante!] – Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam. Art. 8º – Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos. Art. 9º – Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento. Art. 11º – O direito de propriedade é garantido em toda plenitude. Art. 12º – Ficam perdoados os desertores”. Isso é Caxias, isso é o Patrono do Exército Nacional.

Mais recentemente, a luta pela paz mundial. Na 1ª Guerra Mundial, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, já foram enfermeiras brasileiras. Na 2ª Guerra Mundial, foram cerca de 25 mil brasileiros para os campos de batalha na Itália combater – esses foram realmente combater – o fascismo, o nazismo. E eu tive o desprazer de ver, no ano passado, em Santa Catarina, na cidade de Rio do Sul, uma placa em que constavam todos os ex-combatentes na 2ª Guerra Mundial, a maioria deles com o sobrenome alemão ou italiano, e lá foi escrito “fascistas”. De imediato, aquela comunidade restaurou a placa. Esses, sim, combateram, com sacrifício da própria vida, o fascismo, esses deram o exemplo, tenham a certeza disso. Temos que louvar todos esses civis e militares que foram para guerra.

Depois, nós também tivemos as nossas tropas de paz, o que começou em 1947, na Iugoslávia, seguiu para o conflito da Índia e do Paquistão, com o Batalhão Suez, com cerca de 6.300 militares. Hoje, aqui, temos a presença de vários militares que foram para o Batalhão Suez. Depois, na República Dominicana, na ilha espanhola, num lado que hoje é uma prosperidade; depois no Haiti, com mais de 40 mil militares.

Também quero falar alguma coisa sobre o desenvolvimento nacional, porque eu venho do Comando Militar da Amazônia, onde o Exército está presente e onde o Estado não se faz presente, onde o Exército protege as comunidades indígenas, protege a riqueza nacional, onde há muitas ONGs estrangeiras – muita cobiça internacional há naquela área onde temos muitas riquezas que, para muitos, seria uma reserva estratégica de bens matérias; mas, para nós, temos que usar a Amazônia com

desenvolvimento sustentável, para proporcionar riqueza ao nosso povo, para proporcionar mais igualdade ao nosso povo. Isso que é importante na Amazônia. Lá o Exército constrói estradas, lá o Exército constrói aeroportos, lá o Exército está presente para proporcionar saúde, para proporcionar educação aos índios, aos ribeirinhos, aos caboclos, àquela população tão carente da nossa Amazônia. Lá o Exército foi chamado, no ano passado, na BR-163, o trecho mais difícil, onde os senhores puderam ver pela televisão mais de 2 mil caminhões bitrem levando a riqueza do Nortão do Mato Grosso para o Porto de Santarém. Lá o Exército está presente, onde nenhuma companhia de engenharia conseguiu tocar aquela obra da BR-163; agora, o Exército também está aqui na BR-116. Eu tive o desprazer de ouvir uma pergunta da imprensa: se o Exército tinha *expertise* e capacidade para tocar uma obra rodoviária? Por favor, o Exército construiu mais de 3 mil quilômetros de ferrovias, mais de 30 mil quilômetros de estradas neste País, recentemente entrou na duplicação da BR-101. O Exército não tem *expertise*? Tem *expertise*, tem capacidade e faz obras com perfeição. E não quero usar um termo, vou omitir um termo que falaria, mas o Exército faz suas obras com honestidade – vou falar este termo – com muita honestidade! Isso os senhores vão ver nessa obra que entramos, estamos com dois pequenos trechos, aqui na saída de Porto Alegre. Estamos aí para proporcionar segurança, para evitar as mortes que estão ocorrendo nesta estrada; é isso que o Exército faz! E o Exército de ontem é o mesmo de hoje, meus senhores e minhas senhoras, a mesma missão, os mesmos valores, os mesmos ideais. Nós temos muito orgulho da nossa profissão. Muito orgulho, todos nós, a família militar, e estamos presentes em todo o território nacional.

Eu agradeço, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, pela oportunidade de poder, inclusive, fazer o uso da palavra, que normalmente os militares não falam, mas eu acho que chega um momento em que temos que falar quem somos nós, um Exército que cumpre com a lei, um Exército legalista, cumpre com a lei! Neste País todos têm que cumprir com a lei, ninguém está acima da lei. Os senhores podem contar com o Exército, podem ter a confiança no Exército, que é uma das instituições com o maior índice de credibilidade nacional, e não pensem que é pela força das nossas armas, pelo nosso poderio bélico, não, é por nosso valor moral, dos nossos homens e mulheres. Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Convidamos todos os presentes para, em pé, cantar a Canção do Exército e, após, o Hino Rio-Grandense, executado pela Fanfarras do 3º Regimento da Cavalaria de Guardas, regida pelo Subtenente Maiato.

(Procede-se à execução da Canção do Exército e do Hino Rio-Grandense.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Parabenizamos, mais uma vez, pelo Dia do Exército, e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h04min.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h15min:** Estão reabertos os trabalhos.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o SEI nº 037.00050/2019-89, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião no Conselho Federal dos Corretores de Imóveis – Cofeci, em Brasília, nos dias 23 e 24 de abril de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Apregoo o SEI nº 152.00026/2019-13, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Café com Direitos – Terra, Cultura e Resistência: Povos Indígenas e Quilombolas, em Porto Alegre, no dia 25 de abril de 2019, às 14h. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Apregoo o SEI nº 015.00058/2019-67, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Marcha dos Vereadores 2019, em Brasília – DF, nos dias 23 a 26 de abril de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Apregoo o SEI nº 015.00058/2019-67, de autoria do Ver. André Carús, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Marcha dos Vereadores 2019, em Brasília – DF, nos dias 23 a 26 de abril de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ocupo este período de Comunicações para falar de um assunto que há anos estamos tratando em Porto Alegre, e queria aproveitar a presença da nossa Secretária do Desenvolvimento Social, aqui no Plenário. A minha grande preocupação é os moradores de rua. Novamente, eu venho trazer esse assunto, porque nós estamos a cada dia vendo mais e mais gente nas ruas de Porto Alegre; mais e mais gente nas sinaleiras de Porto Alegre. Nós precisamos ter uma ação eficaz para podermos diminuir o número dessas pessoas que também sofrem. Logo teremos aí o inverno, daqui a 60 dias, com toda a certeza, teremos frio aqui em Porto Alegre, e essas pessoas

ficam ao relento. Estive verificando o programa efetuado em Florianópolis, capital de Santa Catarina, em parceria com o Ministério Público, nos últimos dias. Esse programa fez com que houvesse a abordagem de todos os moradores de rua, foi feito um cadastro em qual cidade eles residiam, de onde estavam vindo e por que estavam na capital, a opção pela capital, que é justamente a ânsia de buscar um emprego melhor e, às vezes, se torna prejudicial aos próprios moradores de rua que vieram do interior e poderiam ter uma oportunidade, inclusive na agricultura. Florianópolis adotou a forma de pagar a passagem de volta para os moradores de rua que quisessem voltar para o interior, suas cidades. Novo Hamburgo já fez isso, e continua fazendo. Novo Hamburgo faz o cadastramento, verifica as pessoas que são moradores de rua e oferece a oportunidade para voltarem para suas cidades. Florianópolis – pasmem! –, reduziu os moradores de rua para 550, eram quase 2 mil. Eram quase 2 mil, residindo nas ruas, como flanelinhas nas sinaleiras, morando nas ruas e calçadas, e reduziu-se esse número, porque foi oferecida uma oportunidade de retornar para a sua cidade natal. Claro, no cadastro, fui verificar com o Ministério Público, buscavam saber quem eram os parentes dessas pessoas lá no interior, a responsabilidade deles de manterem um contato, para que lá eles pudessem, inclusive, nas prefeituras municipais, fazerem parcerias e ficar residindo na sua cidade – assim eles não sofrem ao relento.

Aqui em Porto Alegre, nós temos diversas ocupações que o Município tem que atacar, justamente nesses locais. As pessoas vêm morar em Porto Alegre pela facilidade de buscar um emprego, mas, não conseguindo esse emprego, não tendo condições de pagar o aluguel, não tendo casa de parentes para residir, acabam morando na rua. Isso é prejudicial ao Município, prejudicial às pessoas, nós temos que ter um programa. Nós temos o Aluguel Solidário, que é de R\$ 500,00, que a Prefeitura banca para as pessoas que não têm onde morar. Nós temos, no DEMHAB, o Aluguel Social. É feito o cadastramento das pessoas pela assistência social do DEMHAB, que verifica as condições para fazer o pagamento do aluguel mensal. Mas ele é provisório, é até um ano. Nós não podemos ficar dando o peixe, e sim ensinar a pescar. Nós temos que fazer com que tenha uma parceria do Município com o governo federal, com o Ministério do Desenvolvimento Social, para que se possa buscar recursos e construir albergues para retirar as pessoas da rua urgentemente, enquanto o frio não chega em nossa Capital, pois sabemos que essas pessoas vão sofrer mais e mais. Fica esse alerta. Em Porto Alegre, nós temos mais de 5 mil moradores de rua, e é necessária uma solução, urgentemente. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezado Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras; esta Casa fez uma bela homenagem ao Exército Brasileiro. Já cumprimentamos a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. No nosso ponto de vista, Ver.

Adeli, que nos representou na fala, o Exército Brasileiro tem dois pilares que defendemos: queremos que ele seja forte na defesa da soberania nacional e na defesa da democracia. É importante lembrar que o pré-sal é uma riqueza nacional e, há poucos dias, Ver. Adeli, ele foi praticamente entregue, e não ouvimos nada sobre a defesa da soberania nacional. O Instituto Tecnológico de Aeronáutica foi fundado por um brigadeiro para desenvolver a tecnologia que criou a Embraer. Mas a Embraer também foi entregue aos americanos, tendo uma redução para apenas 20% em seu valor. Perdemos o grande potencial e a capacidade tecnológica.

Também quero falar de outra soberania, que é a previdência. A conquista que tem hoje a Nação brasileira com o sistema previdenciário, que não seria deficitário se todos pagassem. Mas o que se tem hoje? Quando falamos de democracia – e quero falar com os colegas vereadores que votaram e apoiaram o Bolsonaro –, o Presidente Bolsonaro baixa um decreto proibindo que sejam divulgados os dados que vazaram sobre a reforma da previdência; proibiu a divulgação, o acesso a esses dados. Ver. Barboza, o partido de V. Exa. apoiou o Presidente Bolsonaro. Não podemos admitir isso: um presidente da república, que quer fazer uma reforma – sem que haja uma discussão com as posições antagônicas –, proíbe que os dados levantados pela instituição nacional sejam divulgados para análise.

**Vereador Adeli Sell (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Esse é o verdadeiro debate, o debate necessário. Nesse sentido, o Jornal do Comércio, de Porto Alegre, hoje, dá uma grande contribuição ao entrevistar uma especialista, Maria Lúcia, que coloca o brutal déficit que existe por causa da questão da dívida. Na verdade, quem está ganhando com tudo isso é o sistema financeiro internacional, que, além de quebrar o padrão dólar/ouro, em 1971, impôs o padrão dólar para o mundo inteiro, que hoje está em bancarrota com guerras. Com a privatização do sistema previdenciário, só ganha o sistema financeiro; os bancos estão novamente querendo ganhar às custas de um conjunto de logros, como já foi aqui no Brasil até hoje.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Vereador Adeli Sell, para agravar mais a situação que atinge a população brasileira e todos nós, o sistema proposto pelo governo Bolsonaro e Paulo Guedes, de capitalização, retira do estado brasileiro a responsabilidade sobre o serviço de seguridade social. E quem vai comandar o sistema de capitalização? Os bancos. E no Chile, que o Paulo Guedes cita como exemplo, Mauro Zacher, qual é o banco que detém a capitalização? O banco do Sr. Paulo Guedes, e que lucra com a capitalização. Hoje, os aposentados do Chile estão ganhando a metade do salário mínimo que lá se paga. E como é que nós vamos defender, como é que nós vamos debater o sistema da previdência, se o Presidente Bolsonaro determina a censura aos dados, aos estudos que embasaram a proposta que o governo apresenta? Não dá!

Eu quero dizer, para concluir, Sr. Presidente, que não existe Estado Democrático com nenhum tipo de censura, muito menos do Presidente, sobre os estudos

que são públicos, os estudos da Nação brasileira. Não se sustenta essa sua proposta, não se sustenta a proposta de reforma previdenciária se abrir os dados e aceitar o debate que os desafiamos em todos os cantos do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, Ver. Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o tema que me traz hoje aqui está ligado à causa que eu defendo, que é a causa animal, que trata de cães de rua. Considerando a polêmica dos cães de rua que circulou pelo WhatsApp, Messenger, perfis de Facebook e imprensa, e os comentários de protestos para ação de fiscalização da SMIM, a Prefeitura, e os riscos de retirada das casinhas dos cães mascotes do Jardim do Salso... O prefeito foi um dos mais citados com críticas, como se ele andasse com bloquinho ou *tablet* multando cuidadores de animais que têm casinhas na Cidade. Faltou essa compreensão de que a Prefeitura tem secretarias, tem órgãos operacionais, fiscais e cumpre com as determinações que vêm das suas chefias. A intermediação realmente demorou, junto aos moradores locais, causando ainda mais críticas à Prefeitura. Estivemos no local e nos colocamos à disposição para auxiliar junto à Prefeitura, mas já havia uma decisão de uso da justiça para tal notificação da SMIM – depois foi divulgado um vídeo falando dessa intenção.

Vamos à legislação. Verificando a legislação existente sancionada no Estado em 2009, temos a Lei nº 13.193, que determina diretrizes para programas de controle reprodutivo de cães e gatos em situação de rua e medidas de proteção; veda o extermínio de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos congêneres; o recolhimento de animais deve observar procedimentos de manejo, transporte e averiguação da existência do tutor ou do cuidador da sua comunidade; sendo comunitário, deve estar esterilizado, identificado, registrado e devolvido à comunidade de origem. Também deve haver termo de compromisso, obrigando o adotante a cumprir a legislação vigente. O poder público deve disponibilizar de local para adoção de animais e ainda pode celebrar convênios e parcerias com municípios, entidades de proteção, universidades e outros.

Em 2019, foi sancionada a Lei nº 15.254, que dá o conceito de cão comunitário e seus tutores. Tutores deverão estar cadastrados pelo órgão responsável, pagarão voluntariamente os cuidados com a saúde, alimentação e se responsabilizarão também em manter e zelar pela limpeza do local; ainda providenciar na identificação por microchipagem, uso de coleira e placa nesses animais. Para abrigo, casinhas não devem interromper o passeio público e devem ser autorizadas as suas instalações pela autoridade competente ou responsável pelo local. O poder público poderá firmar convênios e parcerias com municípios, entidades de proteção, universidades e outros.

O Código de Posturas de Porto Alegre fala que os logradouros públicos não podem embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nos logradouros públicos, bem como usar correntes ou artefatos de proteção nos canteiros centrais das vias públicas. No Código de Edificações diz que é da responsabilidade do proprietário ou usuário a qualquer título: manter permanentemente em bom estado de conservação as áreas de uso comum das edificações e as áreas públicas sob sua responsabilidade. O local notificado é uma exceção e modelo de cuidados com os animais com assistência médico-veterinária, que reside em frente, e a cuidadora é a síndica. Mas, nos demais casos de animais de rua, o que ocorre rotineiramente são maus-tratos de esfaqueamentos, chutes, espancamentos, envenenamentos, atropelamentos e também sumiço dos animais para serem mortos distantes das suas casinhas.

Nos preocupamos, sim, com o bem-estar animal e por isso não devemos deixar de promover a divulgação para adoção, para que mais animais fiquem com tutores e lares, além, é claro, da esterilização e identificação de animais.

A propagação permissiva destas casinhas está sendo mal divulgada, pois isso é uma questão que não deve ser substituída pelas campanhas de adoção responsável.

A lei estadual repassou às cuidadoras todas as responsabilidades de assistência à saúde e alimentação, esterilização e microchipagem. Se ocorrer algum ataque, a responsabilidade será do cuidador registrado.

Tendo em vista que é assegurado pela Constituição que o Poder Público é responsável pela fauna e flora, entendo que não deveria ser o contribuinte o responsável. Então esta lei ainda pode ser interpretada como inconstitucional. Nós apresentamos uma lei municipal, em 2015, que define conceitos e responsabilidades, que está tramitando.

Então o que eu tenho a dizer, para concluir sobre essa polêmica, é que estamos no aguardo da avaliação jurídica da Procuradoria do Município para que os animais sejam protegidos. Não há solução fácil, mágica ou milagrosa, porém, nos últimos anos, a bandeira da causa animal tem sido usada por carreiristas políticos, com uma marca comum: a troca de partidos. Assim, são criados projetos de lei ineficazes e demagógicos, criando muito mais conflitos e polêmicas do que efeito prático na qualidade de vida e bem-estar dos animais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, vereadores e vereadoras, Ver. Reginaldo Pujol que preside os trabalhos nesta tarde; subo à tribuna em tempo de liderança do meu partido, bancada do PSOL, agradecendo aos colegas Ver. Roberto

Robaina e Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, para me manifestar a respeito de um assunto que, infelizmente, foi bastante negligenciado nas comunicações das redes sociais, bem como nos veículos de comunicação no final da última semana. Na sexta-feira da semana passada, pouca ênfase se deu ao passado Dia do Índio, dia 19 de abril. Infelizmente, como dizia uma música popular brasileira, antigamente todo dia era dia de índio; agora, o que lhes restou foi o dia 19 de abril, um dia apenas para lembrar, para celebrar, ou, pelo menos, para tentar valorizar e resgatar a sua cultura que há muito tem sido atacada no nosso País, desrespeitada, inclusive, nas maiores instâncias de governo desta Nação.

A questão de valorização da cultura de um povo é valorizar seu passado e a contribuição histórica que estes fizeram para o desenvolvimento disso que hoje se chama Brasil, um País que tem em seu nome a herança maior desses povos. Brasil é vermelho como a brasa; Brasil, o nosso País, é um termo de origem indígena. E a negligência com relação a essas culturas das mais diferentes etnias que compunham os povos brasileiros, de origem, me envergonha bastante, como educador e como ser humano. A nossa Cidade é uma das que têm maior contingente de indígenas no nosso Rio Grande do Sul; junto com Redentora, por exemplo, temos uma população estimada em mais de 3 mil indígenas, isso de acordo com o censo do IBGE de 2010. Esses dados, muito provavelmente, estão defasados, porque, dentro do mesmo estudo, lá de 2010, estimava-se que a maior parte da população das diferentes etnias estava na faixa etária de 11 a 14 anos, e agora essas pessoas estão com mais de 20 anos, portanto, em idade de ter os seus próprios filhos e de aumentar a população das diferentes etnias. Aqui em Porto Alegre, temos três grupos registrados, temos assentamentos caingangues, guaranis e charruas. São doze comunidades indígenas vivendo em nossa Capital, em dez áreas diferentes, que vão desde áreas indígenas registradas até acampamentos não regularizados. Esses dados vieram da própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, na figura do seu Coordenador dos Povos Indígenas e Direitos Humanos Guilherme Fuhr. Infelizmente, nós não temos instituída uma política de curto, médio e longo prazo para atendimento a essas pessoas. Precisamos dar valor a essas culturas, e dar valor significa compreender os seus valores, os seus pensamentos e respeitar a sua forma de vida. A forma de vida e a cultura indígena não combinam diretamente com o modelo ocidental que estamos habituados a vivenciar. A questão de ter na sua terra a principal fonte de sustento, de colaborar, de trocar a solidariedade e a partilha, tanto dos trabalhos quanto do provento que lhes dá sustento, é a prática recorrente nessas comunidades.

Portanto, faço um convite para que nós possamos nos apropriar um pouco mais dessas questões culturais indígenas e um pouco da história desses povos, porque, amanhã, a Câmara de Vereadores sediará eventos da 9ª Semana Missioneira. Hoje existem eventos acontecendo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, amanhã, é a vez desta Casa Legislativa abrigar e sediar eventos deste tema. Amanhã, teremos a recepção de escolas de ensino fundamental. Teremos aqui a visitação, às 9h, na Câmara de Vereadores, dos alunos do Colégio Medianeira de Porto Alegre e, às 14h, os alunos do Colégio Ernesto Dornelles e do Colégio Rio Grande do Sul, colégios vizinhos da nossa Casa Legislativa, que estarão aqui conhecendo a Câmara, conhecendo

o herbário existente em nosso pátio, conhecendo a escultura do índio, do lado de um dos nossos refeitórios. Portanto, estejam todos os vereadores e vereadoras convidados a participar também dessas atividades. Um grande abraço a todos, e seguimos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM)** – às **16h47min**: Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. S/Nº – (Ver. Cláudio Janta)** – requer renovação de votação da **Emenda nº 12** ao **PROC. Nº 1330/18 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 011/18**, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos.

#### **Observação:**

- votação Nula por falta de quórum em 15-04-19 e em 17-04-19.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM)**: Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o Requerimento de sua autoria, solicitando renovação de votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

A renovação da votação será feita na sessão subsequente, por conseguinte, na próxima quarta-feira.

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. S/Nº – (Ver. Felipe Camozzato)** – requer renovação de votação da **Emenda nº 19** ao **PROC. Nº 1330/18 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 011/18**, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando renovação da votação da Emenda nº 19, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, presidindo os trabalhos; saúdo os colegas vereadores, o público que nos assiste das galerias e também pela TVCâmara. Eu gostaria de encaminhar este requerimento de renovação de votação que trata da votação das unidades de conservação a serem incluídas no projeto de concessão de parques e praças. O debate que se deu aqui, naquela ocasião, já tarde da noite, foi bastante extenso, muito produtivo e, para além de tratar do mérito da questão, de ser a favor ou contra a inclusão das unidades de conservação, o que fica claro e evidente é que existem muitas dúvidas, existe muito interesse público no debate. Tanto a Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Meio Ambiente quanto a própria Prefeitura, e mesmo o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Moisés, outros vereadores da base do governo e mesmo os independentes enxergaram valor na discussão dessa emenda, enxergaram valor no aprofundamento desse debate, uma vez que é sabido que as unidades de conservação são muito mais comumente concedidas do que os próprios parques e praças que nós aprovamos. O Ver. Moisés agora me passa um parecer técnico, enviado pela assessoria técnica da Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Meio ambiente, a favor, portanto, das unidades de conservação serem incluídas. E eu peço, então, a todos os colegas vereadores que aprovemos a renovação de votação para que possamos fazer, numa próxima sessão, o debate, aí, sim, do mérito, se é mais produtivo ou não a inclusão das unidades de conservação, muito embora eu tenha plena convicção de que o melhor para o meio ambiente é a possibilidade de que possam ser incluídas, porque essa é uma prática adotada em todos aqueles países que se preocupam com o meio ambiente e com as suas unidades de preservação. Portanto, peço voto a todos os colegas e encaminho para isso, para que possamos aprovar este requerimento, dar o sim, e aí discutir o mérito da emenda que tinha sido rejeitada, muito embora alguns vereadores inclusive me falaram que alteraram sua posição, estavam com algumas dúvidas por conta da complexidade do tema e da votação que se deu com muitas emendas naquela ocasião. Muito obrigado. Fico à disposição de todos para tirar qualquer dúvida com relação a essa emenda, por acreditar que ela é, sim, de interesse público e de interesse ambiental. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

A renovação da votação, da mesma forma que o requerimento anterior, será realizada na próxima sessão.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Eu não consegui votar, quero deixar registrado meu voto “sim” ao Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Está registrado, seu voto consolidaria, por conseguinte, a aprovação que foi por larga vantagem.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2165/17 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 240/17,** de autoria do Ver. Adeli Sell, que obriga as empresas, as instituições e as organizações, públicas, privadas ou não governamentais, que celebrarem contrato, convênio ou quaisquer instrumentos de vínculo formal com o Município de Porto Alegre para prestação de serviços ou fornecimento de produtos a apresentar o seu Código de Ética e Conduta.

#### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela manutenção do Veto Total.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

#### **Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 04-04-19 (quinta-feira).

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLL nº 240/17, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver. Pujol, colegas vereadoras, vereadores, senhoras e senhores, dado o escandaloso veto do Sr. Prefeito, para evitar mal-entendidos, diferentemente do que eu sempre faço, vou ler a minha posição. Porto Alegre: no princípio, eram os índios dos morros da Cidade; ficavam olhando, a seus

pés, o Guaíba, um pântano imenso e profundo vislumbravam. Tempos de liberdade, de autonomia, uma vida regrada por seus iguais. Não havia estado. Vieram os açorianos, depois. Aqui, não era para ficarem, mas ficaram. Já havia o estado e a relação ente os estados, com base em normas e acordos. A Cidade foi se tornando moderna aos trancos e barrancos, até que, um dia, alguém, com ideias de jerico, fez ficar sem uso os bondes. Era um governante que estava no comando do poder local, desfocado do seu povo e de suas necessidades, como é o governo atual. Ficou a modernidade suspensa. De lá para cá, a modernidade foi sucumbindo, e altivo se fez o gre-nal político, uma mania de barbárie suburbana, criada pela soberba, como se fosse uma marca superior. Quem criou os caranguejos locais, como aqui foi falado dias atrás? Temos eles, sim, eles existem, aqueles que brigam para ficar no balde. Foram criados e alimentados pelos mesmos de sempre, os algozes do povo, que sentam na primeira fila, os mesmos que se fecham e ficam enclausurados nos seus guetos, vendo com desdém os de fora. Guaíba, às nossas costas, um rio, lago emporcalhado de venenos, e querem mais ainda. Invadem agora os espíritos malignos, acumulados por anos de exploração, do passado ao nosso presente, vêm as ondas avassaladoras que tratam os outros com fúria e ira. O pântano que via os guaranis dos morros era apenas estranho, mas agora é infundável e profundo, traz o atraso e conservadorismo ao seu redor. É nesse lodaçal que nós estamos tentando nos locomover. Adeus Estado de Direito! Adeus Estado Democrático de Direito! Adeus estado de bem-estar social! Agora, aqui neste pântano sem fim do autoritarismo e de um povo momentaneamente bestializado, o alcaide, vergonhosamente, usurpa o meu projeto, usurpa a nossa lei, pois os 34 vereadores presentes no dia da votação votaram adaptação local da lei anticorrupção e a aprovaram. Cinco anos de inércia das gestões, e esta gestão campeã das maldades, faz a toque de caixa um decreto para escandalosa e fraudulentamente vetar o direito deste Legislativo. Que se afundem aos olhos do povo, que não mais olha do morro, mas agora estará, mais do que nunca, nas praças e nos parques para lhes pôr uma pá de cal, na cava rasa dos que sucumbem ao canto da sereia do estado mínimo e da barbárie. Porém, dali renascerá a flor do Lácio, a verdadeira língua, a nossa língua, a língua da modernidade reconstruída pela voz do direito e com adubo da ignorância que vicejará da velha dialética de vida ou morte, da ignorância do saber, para brotar a esperança da libertação, logo ali adiante. Viva Porto Alegre dos guaranis, dos açorianos, dos modernistas de antanho que renascerá como Fênix. Eu creio no direito, na justiça e na democracia, na tríplice Trindade que pode sobrepujar esta escandalosa usurpadora decisão, pois o prefeito será submetido aos ditames da lei, custe o que custar. O alcaide será confrontado com o princípio da boa-fé, bem como todos os dispositivos legais ao meu alcance para derrotar todas afrontas que ele nos fez com o seu veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal o PLL nº 240/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 3140/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 362/17**, de autoria do Ver. André Carús e outros, que dispõe sobre o ordenamento dos equipamentos e dos elementos de mobiliário urbano do Município de Porto Alegre, altera o art. 20 da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, e alterações posteriores; altera o *caput* e o inc. I do *caput* do art. 1º, o *caput* do art. 15, e, no art. 23, altera o *caput* e inclui §§ 1º e 2º, todos na Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999, e alterações posteriores, e revoga o art. 2º, o art. 3º, o art. 6º, o inc. VI do art. 15, o art. 16, os arts. 19 a 21, os arts. 44 a 47, o inc. VIII do art. 51 e o § 4º do art. 56, todos da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999; a Lei nº 10.165, de 23 de janeiro de 2007; o inc. III do art. 3º, os arts. 16 a 19, os §§ 2º e 3º do art. 20, os arts. 26 a 42 e os arts. 48 a 52, todos da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008; e o Decreto nº 19.808, de 2 de agosto de 2017, e dá outras providências.

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CECE**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela rejeição parcial do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Comissário Rafão Oliveira: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela manutenção parcial do Veto Parcial.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

### **Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 12-04-19 (sexta-feira).

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLL nº 362/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Sr. Presidente, este é um veto que corrige uma questão técnica de redação do projeto. Por essa razão, acordado com o

Poder Executivo, nós encaminhamos para que o veto seja mantido, para que se conclua a vigência da lei.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal o PLL nº 362/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 01 voto **SIM**, 25 votos **NÃO** e 06 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 036/19 – (Proc. nº 0148/19 – Ver. Roberto Robaina)** – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 036/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0975/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/18**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que inclui a efeméride Dia Internacional do Orgulho LGBT no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de junho.

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela aprovação do Projeto.

#### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLL nº 088/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde a todos, rapidamente venho aqui para que nós possamos apreciar a matéria e votá-la. Quero

agradecer aos líderes de todos os partidos que na reunião de líderes aceitaram antecipar essa votação. Em respeito à coordenação da diversidade sexual e todos os verdadeiros autores que estão aqui hoje nas galerias, eu agradeço profundamente a presença das pessoas e de todos os colegas que vão permitir que esse evento, que será durante uma semana inteira, possa ser planejado e organizado junto à Prefeitura. Por isso que nós agradecemos a antecipação dessa pauta para apreciarmos, mas eu quero fazer aqui, sim, o reconhecimento, porque nós, vereadores, somos elos de ligação e representantes das pessoas. Mas quero reconhecer aqui os verdadeiros autores dessa proposição, que são as pessoas que estão aqui, da parada de luta LGBTI e também da coordenação da diversidade sexual da Prefeitura Municipal. Obrigado a vocês por terem confiado a esses vereadores essa importante pauta, e eu desejo – estarei incluído como voluntário – muito sucesso nessa organização que ocorrerá no final do mês de junho, que certamente vai mobilizar aqui nesta Cidade mais de 100 mil pessoas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Wambert, o PLL nº 088/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar a votação do Requerimento nº 076/18. Após retornarmos à ordem normal.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 076/18, passar a votação dos Requerimentos nºs 010/19 e 009/19. Após retornarmos à ordem normal.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, como temos outros requerimentos sobre o mesmo tema na ordem da priorização de votação, eu proponho que incluíssemos no Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni os Requerimentos nºs 018/19, 028/19, 035/19, 102/18 e 038/19.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Sr. Presidente, só quero fazer uma observação, talvez haja questões de mérito com relação a cada uma dessas frentes que possam merecer alguma discussão, colocá-las, todas, no mesmo pacote. Então eu requeiro...

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Só estão priorizadas, primeiro passo para serem votadas.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** As frentes?

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Uma a uma serão votadas.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** O requerimento do Ver. André Carús é com relação à Comissão Especial da Frente Parlamentar.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Já foi.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Eu requeiro que, antes da votação do Ver. André Carús, seja mantida a ordem apenas no item 9 da priorização, pois já havíamos ajustado em reunião de Mesa e lideranças.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2588/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/16**, que autoriza a desafetação e a alienação de área localizada nos fundos da Rua Roque Calage nº 581 e 593, destinada à passagem de pedestres, à proprietária-lindeira União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantonio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, VIII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-03-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLE nº 030/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver.

João Bosco Vaz, o PLE nº 030/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 06 **ABSTENÇÕES**.

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 076/18 – (Proc. nº 1087/18 – Ver. André Carús)** – requer a constituição de Comissão Especial para “debater e analisar a situação de prédios públicos e privados em situação de abandono, bem como de espaços ociosos ou não urbanizados”.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 076/18. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Sr. Presidente, colegas vereadores, vereadoras, de forma muito rápida quero dizer que estamos requerendo a criação de uma comissão especial para debater e analisar um tema que é urbanístico, ambiental, econômico e social de extrema relevância para a nossa Cidade, já existe um estudo prévio produzido pela Procuradoria-Geral do Município – PGM. E nós também temos um número significativo não só de prédios abandonados, na sua maioria públicos, prédios também privados que estão em situação de abandono e áreas públicas não urbanizadas, ociosas, que acabam, muitas vezes, servindo para mal uso e para má frequência. Ao bom exemplo que nós tivemos em outras comissões especiais a que tive o prazer de presidir e propor do mobiliário urbano e também quando fui vice-presidente da Comissão Especial do IPTU e também do transporte público, espero que possamos reproduzir, nessa comissão especial sobre os prédios públicos abandonados e espaços públicos ociosos o mesmo critério, a mesma competência que tivemos nas demais. E que seja possível tirarmos conclusões importantes para que não tenhamos mais esqueletos e áreas cada vez mais utilizadas pela população. Solicito apoio dos colegas e o voto favorável à criação dessa comissão especial que é a figura que nós temos no Regimento que proporcionalmente garante a participação de todos os partidos, de todos os vereadores numa discussão de relevância como essa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/18.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho aqui, em nome da nossa bancada, declarar o nosso voto favorável e o apoio a essa comissão. Mas eu quero dialogar aqui com o colega Carús um pouco sobre esse processo histórico da cidade de Porto Alegre e qual a

real situação em que nós encontramos a cidade de Porto Alegre hoje. Nós temos, Ver. Carús, abandonados, no Centro da cidade de Porto Alegre, mais de 15 mil unidades habitacionais que hoje estão vazias, destruídas. E já existe uma legislação federal – do Minha Casa, Minha Vida -, e existe a legislação tributária que permite que o Executivo Municipal, com os devedores do IPTU, possa pegar essas áreas, por conta da dívida ativa existente, e transformar em unidades habitacionais. Ver. Carús, queria lhe dizer que já existe uma legislação federal, já existe uma legislação local que permite que o Executivo execute isso. Então, nós nos associamos ao senhor para que esta proposta se torne uma realidade e que o Executivo Municipal perceba isso e, com o auxílio aqui desta Câmara, faça com que as mais de 15 mil unidades habitacionais vazias que existem na zona urbana constituída na cidade de Porto Alegre possam se tornar unidades habitacionais. Portanto, Ver. Aldacir Oliboni, quem não gostaria de morar no Centro da cidade de Porto Alegre? Os trabalhadores da segurança, os trabalhadores de bares e restaurantes que cumprem jornada à noite. E quero aqui deixar um exemplo que a administração popular faz ali na Av. Farrapos com o Hotel Umbu. O Hotel Umbu era um prédio que estava deteriorado e foi feito ali o primeiro projeto do PAR ainda, aquilo foi no início dos anos 2000. Está lá o Hotel Umbu recuperado com as famílias ali morando, integrado à malha urbana da Cidade, integrado à vida urbana da Cidade. Bom, eu lamento que se perderam oportunidades na cidade de Porto Alegre em relação ao programa Minha Casa, Minha Vida, que foi criado pelo Presidente Lula, e criou uma linha de financiamento para a restauração de prédios. E nós sabemos que neste momento, inclusive esta semana, a indústria da construção civil largou uma carta dizendo que está na iminência de despedir mais de 50 mil trabalhadores da construção civil pelo não repasse dos recursos do governo federal ao Minha Casa, Minha Vida. E, obviamente que as cidades sofrem com isso. Portanto, essa agenda que o senhor propõe é uma agenda que está interligada aos programas habitacionais, ao sentido que deve ser dado aos prédios abandonados nas cidades; e temos muitos. E aqui eu faço uma homenagem ao nosso querido colega que nos deixou, o Ver. Bernardino Vendruscolo, que sempre trazia essa agenda e mostrava aqui as fotos dos prédios da Cidade. Eu aproveito, Ver. André Carús, para trazer aqui também a questão das calçadas de Porto Alegre. Prédios abandonados e calçadas do Centro da Cidade. Já foram lançados não sei quantos programas, nos últimos governos, e nenhum realizou os seus projetos de recuperar as calçadas. Eu lembro quando estive aqui em Porto Alegre o ex-prefeito de Bogotá - que restituiu Bogotá, com toda uma estruturação urbana, uma malha urbana -, e ele dizia: “Se queres reconhecer a cidadania de uma cidade, olhe para as suas calçadas.” Então, dizendo isso, deixo para os senhores analisarem o respeito que Porto Alegre tem com a sua cidadania, porque buracos temos muito nas calçadas, Ver. Mauro Pinheiro. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/18.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Vereadores, é o terceiro ano que o governo vai empreender um esforço enorme para tentar aprovar aqui o reajustamento da planta básica de valores do IPTU. Quero contrastar, Ver. Mauro Pinheiro, meu amigo, líder do governo, com o tanto de imóveis do Município que existem aí e que podem ser alienados. Três anos já! Mas não é culpa deste governo, porque o outro também não fez, o outro também não fez. Quero cumprimentar o Carús pela iniciativa. Vou dar alguns exemplos para vocês: prédio da SMIC, onde fui secretário, entrada do Túnel da Conceição, está abandonado e tomado por moradores de rua. Fiz um convênio ainda no governo Fortunati com a UFRGS para ceder para a Universidade Federal para a construção, ali, da Hestia, e a Hestia, em contrapartida, iria reformar o prédio da SMIC. Nem a UFRGS conseguiu fazer a Estia, nem a Prefeitura conseguiu manter, desativou a guarda, roubaram ali oito ou dez vezes o prédio, até que decidiram fechar o prédio, e está ali. Casa da Estrela, em Petrópolis, é da Secretaria da Cultura. Quem cuida? Ninguém! Aqui na Av. Independência um dos prédios sediava ali um restaurante francês, o Chez Philippe. Aquilo é um prédio da municipalidade, uma casa do Município, paga um valor irrisório de aluguel. A Casa da Estrela, a mesma coisa. Casa Azul, na Riachuelo, meus amigos, um símbolo de incompetência de todas as formas, porque a Rua Riachuelo, uma das mais importantes de Porto Alegre está fechada com um atrapalho para o trânsito enorme. Há 30 anos não se resolve aquela questão. Quando eu era secretário de urbanismo, pedi para a equipe de fiscalização ir lá fazer um laudo, uma vistoria, e me disseram que não ia cair. Eu disse: não vai cair agora, mas daqui a um ano ou dois, vai cair. Dito e feito, está lá para cair a Casa Azul. E não se resolve! Vocês querem mais? O que é o esqueletão no Centro de Porto Alegre, ao lado da Galeria do Rosário, que há 50 ou 60 anos não se consegue resolver! Então, é incompetência? É incompetência. Tem que chegar, fazer uma desapropriação indireta; vai discutir na justiça, discute 400 anos, só não faz o que a SMAM fez, na época de um ex-colega nosso: fez uma desapropriação indireta no Morro do Osso, depois a PGM dormiu no ponto, perdeu o prazo, e a Prefeitura foi condenada, em segunda instância, a pagar uma indenização de R\$ 50 milhões. Quem está pagando é o contribuinte porto-alegrense, e isso também não pode acontecer. Dou outro exemplo para vocês: aqui na nossa frente, meus amigos, estamos ao lado da Orla Moacyr Scliar, revitalizada, são 60 mil pessoas que a visitam por final de semana, na frente da Câmara Municipal tem uma fábrica de bueiros do DEP. Pergunto a vocês: numa das áreas mais valorizadas da Cidade precisa ter uma fábrica de bueiros do DEP, ou o DEP precisa ter fábrica de bueiros, não pode comprá-los em qualquer outro lugar? Então, a primeira coisa, Carús, que tem que ser feita, e que já devia ter sido feita, independentemente de comissão nossa, aqui... A nossa comissão vai fazer aquilo que o Parlamento faz, a gente discute, discute, mas quem tem que fazer é o Executivo, e o Executivo não tem resolvido, mas, volto a dizer, não é culpa deste governo, é de todos os governos, e é responsabilidade do prefeito, porque o prefeito tem que fazer isso, Conceição, Paulinho; se é o prefeito Valter ou o prefeito Conceição, tem que chegar lá e dizer: “Desapropria o esqueletão, faz um laudo...” É verdade, Ver. Freitas! Desapropria! Dinamita aquele negócio, faz um projeto. Vai discutir, tem uma sucessão, discute 15, 20, 30, 40 ou 50 anos, a bem do

interesse público. Prédio da SMIC: vai lá na UFRGS, resolve, cede aquilo à Faculdade de Medicina, que quer aquela área. O resto todo, meus amigos, vende! Vende! Hamilton, não precisa a Prefeitura ter esse tanto de imóveis aí, precisando fazer caixa, precisando fazer dinheiro; aí não tem dinheiro para nada, não tem dinheiro para tapar buraco, não tem dinheiro para fazer poda nas praças, e querem aumentar IPTU. Antes de aumentar, vereador, com todo o respeito – e já falamos sobre isso –, a primeira coisa que tem que se fazer é se desfazer desse tanto de patrimônio que tem e que custa para o Município manter. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** O Ver. Valter falou que seria interessante a questão da venda de imóveis, então vou pedir o apoio da Câmara para que a gente aprove o PLCE nº 016/18, que cria o programa de aproveitamento e gestão dos imóveis próprios municipais de Porto Alegre, autorizando o Poder Executivo a alienar bens imóveis próprios e de suas autarquias e fundações por meio de leilão, permuta por outros imóveis públicos ou particulares, bem como por permuta por área construída. Obrigado.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/18.

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não poderia deixar de subir a esta tribuna para encaminhar depois de ouvir a manifestação do Ver. Valter. Eu acho que o Ver. Valter tem razão, sim, eu acho que nós devemos fazer e votar urgentemente o projeto, que é o número 22 da pauta aqui, porque nós precisamos fazer com que haja a venda dos imóveis públicos em Porto Alegre. Na Av. Ipiranga, há quantos imóveis do Município? Em frente à Brigada Militar, toda aquela área que tem uma revenda de automóveis é do Município. Passando a esquina da Av. Cel. Lucas de Oliveira com a Av. Ipiranga, onde tinha uma oficina mecânica, há um terreno nobre que é do Município. E assim vai até próximo da PUCRS. Nós temos que alienar os imóveis que estão onerando, que estão sendo ocupados. Toda área daquela vila que tem atrás dessa revenda de automóvel é do Município, está sendo ocupada por mercadinhos e por outros tipos de comércio.

É muito importante, Ver. Carús, essa comissão que vai averiguar os imóveis abandonados no Centro da Cidade, porque temos diversos. Nós temos o fatídico imóvel do túnel do assalto à Caixa Econômica Federal; ele é particular, está ocupado por moradores desde aquela época e está abandonado no Centro da Cidade – o imóvel pode ruir. O proprietário é a De Conto, mas não tem acesso ao imóvel porque esse imóvel foi invadido pelos moradores, que estão lá. A Prefeitura tem que realocar esses moradores, tem que dar uma solução para aquele prédio. Nós temos ali próximo, na Rua Chaves Barcelos, os imóveis antigos, onde era a Secretaria de Educação, próximos ali da Caixa Econômica Federal, na Av. Júlio de Castilhos, imóveis abandonados. E por que não

aquele que era do IRGA, lá na esquina da Rua Cel. Vicente, Ver. Adeli? Há aquele outro esqueletão no Centro da Cidade, ao lado da igreja. Tem que ser reformado, não pode ficar daquela maneira. Sem contar, vereador – essa comissão é muito importante, espero que ela seja profícua –, que nós temos todos os estacionamentos no Centro da Cidade, em imóveis irregulares! Aqueles estacionamentos sem alvarás, sem habite-se, que não pagam nenhum imposto para o Município! Não pagam nada! Ali da Av. Mauá até a Av. Júlio de Castilhos! Entrem, um dia, dentro daqueles estacionamentos para verem o estado do imóvel que ali está. É uma calamidade! E é claro, o esqueletão. O esqueletão, já falamos diversas vezes, tem que ser desapropriado. Mas tem Fulano de Tal que diz que é dono. Diz que é dono? Então, faz o seguinte: desapropria, coloca o valor da avaliação – que já tem avaliação daquele prédio, R\$ 5 milhões. O Executivo dispõe o dinheiro na justiça, e quem disser que é dono daquele imóvel, vai lá e se habilita na justiça e pega o seu quinhão. E o Município faz um leilão, vende para a iniciativa privada para construir habitações no Centro da Cidade! Tem que se desfazer do que está trazendo prejuízo para o Município; ou, não é prejuízo para o Município, é o risco de acidente, o risco de tragédia! No Rio de Janeiro foram 23 mortos, em imóveis irregulares. Quando se diz assim: mas já está interditado. Interditado não significa que as pessoas não vão entrar. Está interditado, não posso vender, não posso tirar um habite-se, não posso fazer nada. Mas as pessoas que estão lá dentro, se está interditado, vão para onde? Então, tirem essas pessoas e realoquem para um local seguro. Não adianta só dizer que está interditado. Aquela galeria que tem embaixo ali, do esqueletão, está interditada. Mas e a Galeria do Rosário, que pode ruir, e aquelas lojas! Caem todos! Aquela esquina de confecções, que é antiquíssima, no Centro da Cidade! Ela vai sofrer, porque é um dano irreparável! Nós temos que evitar o risco.

Parabéns, Ver. André Carús, temos que votar urgente e fazer com que essa comissão possa dar um relatório realmente fidedigno da situação dos imóveis no Centro da Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/18, pela oposição.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Colegas, em dezembro de 2016 a Prefeitura corretamente montou uma comissão de trabalho interna para a questão de fazer valer a art. nº 1.276, do Código Civil, que diz o seguinte (Lê.): “O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal...” Nós queremos, Ver. Mauro, se pudermos combinar conjuntamente, trazer aqui o grupo de arrecadação da Prefeitura, na quinta temática, para a gente resolver essas questões, ver se está no bom caminho ou não. Eles não podem trabalhar sozinhos, nós temos que fazer uma grande frente aqui. E vejo positivamente a fala do Ver. Valter

Nagelstein, que fez uma lista, e o Tessaro complementou, de lugares que não têm cabimento deixar esses prédios do jeito que estão. Todo mundo sabe que é prédio público e está enrolado. Aquele prédio que era do antigo CMET tem uma disputa com uma imobiliária, mas duvido que estejam pagando os tributos em dia, não pagou três anos, arrecada. Arrecada! Está na lei, não precisa desapropriar, chama-se agora arrecadação, desde 2002 está em vigor essa lei. Mas o que é isso? Digam-me quem tem a certeza de que a Confeitaria Rocco está pagando tributos? Porque tem um litígio. Mas deixa o litígio! Não pagou os tributos três anos, arrecada. É da Prefeitura, está na lei: função social da propriedade, está na Constituição. Outra barbaridade, prédios públicos, esse negócio do prédio da SMIC que o Valter se referiu aqui. Mas tchê! Que barbaridade! Será que não chegamos a um acordo? A Prefeitura não tem dinheiro, mas faz uma parceria, aí voto favoravelmente, Alex. Se fizer o negócio claro e transparente com uma construtora, eu voto favoravelmente. Deixa “x”, fala com a Prefeitura, o resto vende. Estamos pagando aluguel astronômico, poderíamos estar com vários locais nessa circunstância, não vou citar todos aqui. Agora dizem que vão começar, já assinou, a Casa Azul, mas está lá fechada a rua. Vou votar favoravelmente essa proposição do Carús. Já falei para ele que encontrei, ao meio-dia, o José Francisco Alves, servidor público municipal de carreira, que é o responsável por essas questões de patrimônio agora na Secretaria. Felizmente alguém que entende do riscado, é de carreira, não vai mudar, temos interlocução. Gente, eu vou propor claramente uma grande frente para resolver o problema desses prédios abandonados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 076/18 – (Proc. nº 1087/18 – Ver. André Carús)** – requer a constituição de Comissão Especial para “debater e analisar a situação de prédios públicos e privados em situação de abandono, bem como de espaços ociosos ou não urbanizados”.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 076/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 018/19 – (Proc. nº 0092/19 – Ver. Paulo Brum)** – requer a constituição da Frente Parlamentar das Doenças Raras.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 018/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 028/19 – (Proc. nº 0122/19 – Ver. Mauro Zacher)** – requer seja o período de Comunicações do dia 19 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 25 anos da EMEF Migrantes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 028/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 035/19 – (Proc. nº 0137/19 – Ver. Cassiá Carpes)** – requer seja o período de Comunicações do dia 09 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 25 anos do Correio Brigadiano.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 035/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 102/18 – (Proc. nº 1403/18 – Ver. Mauro Zacher)** – requer a constituição da Frente Parlamentar da Rede de Educação Infantil Conveniada de Porto Alegre.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 102/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 038/19 – (Proc. n° 0166/19 – Ver. Cláudio Conceição)** – requer a constituição da Frente Parlamentar de Saúde e Castração de Animais.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento n° 038/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

#### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 010/19 – (Proc. n° 0064/19 – Ver. Aldacir Oliboni)** – requer a constituição da Frente Parlamentar sobre pessoas desaparecidas.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento n° 010/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

#### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 009/19 – (Proc. n° 0063/19 – Ver. Aldacir Oliboni)** – requer a constituição da Frente Parlamentar homens pelo fim da violência contra a mulher.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento n° 009/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um Requerimento solicitando incluir na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, com imediata votação, os Requerimentos n°s 005/19, 012/19, 033/19 e 019/19. Após retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

#### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 005/19 – (Proc. n° 0053/19 – Ver. João Carlos Nedel)** – requer seja o período de Comunicações do dia 29 de abril destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos de fundação do CIEE RS – Centro de Integração Empresa Escola.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 005/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 012/19 – (Proc. nº 0073/19 – Ver. Engº Comassetto)** – requer a realização de Sessão Solene no dia 30 de abril, às 19 horas, destinada a assinalar do Dia do Trabalho.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 012/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 033/19 – (Proc. nº 0127/19 – Mesa Diretora)** – requer seja o período de Comunicações do dia 06 de maio destinado a assinalar o transcurso do Dia do Policial Civil e Militar.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 033/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 019/19 – (Proc. nº 0094/19 – Ver. Engº Comassetto)** – requer seja o período de Comunicações do dia 13 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 90 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Porto Alegre.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento nº 019/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego o Ofício nº 360/GP, de autoria do prefeito Nelson Marchezan Júnior, incluindo Mensagem Retificativa ao PLCE nº 001/19.

Aprego o Ofício nº 045/GP, de autoria do vice-prefeito Gustavo Bohrer Paim.

Aprego o PLL nº 032/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina.

Aprego o PLL nº 044/19, de autoria do Ver. Paulo Brum.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 18h04min:** Encerrada a Ordem do Dia.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h04min.)

\* \* \* \* \*